



UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA
FACULDADE DE EDUCAÇÃO
CURSO DE GRADUAÇÃO EM PEDAGOGIA

LILI SILVA E SILVA

**PESSOAS COM DEFICIÊNCIA NO ENSINO SUPERIOR:
PERMANÊNCIA E EFICÁCIA**

**Salvador
2015**

LILI SILVA E SILVA

**PESSOAS COM DEFICIÊNCIA NO ENSINO SUPERIOR:
PERMANÊNCIA E EFICÁCIA**

Monografia apresentada ao Curso de Graduação em Pedagogia da Faculdade de Educação da Bahia, Universidade Federal da Bahia, como requisito parcial para obtenção de conclusão do curso.

Orientador: Prof.^o Dr. Robinson Moreira Tenório e a Mestra
Co-orientadora: Prof^a Mestra Meirielen Aparecida Gomes Freitas.

**Salvador
2015**

LILI SILVA E SILVA

**PESSOAS COM DEFICIÊNCIA NO ENSINO SUPERIOR:
PERMANÊNCIA E EFICÁCIA**

BANCA EXAMINADORA

Prof.^o Dr. Robinson Moreira Tenório

Prof.^a Mestra Meirielen Aparecida Gomes Freitas

Prof.^a Mestra Samantha Nunes de Oliveira Almeida

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus, por ter me dado força e saúde para chegar até aqui, superando os desafios. Vários foram eles e eu vos clamava, SENHOR!

À minha mãe, Elza Dias da Silva, sem dúvida, é a inspiração de minha vida! Eu nunca vou te esquecer! Amo-te! Ao meu filho, Victor Roberto Silva Neto, “meu médico”, meu orgulho, o amor de minha vida, é a você, filho, que eu sempre conto tudo sobre minha vida, meu curso, meus desafios enfim, tudo! Saiba que você é o estímulo que eu preciso para continuar lutando. Ao meu esposo, Valdenir Silva, que sempre compreendeu os momentos que tive que ausentar, mesmo assim, sempre respeitou as minhas vontades, não se interferindo em minhas escolhas. Obrigada! Aos meus irmãos, que fortalecem a minha energia, sempre que eu desanimava. Amo vocês!

Ao professor Robinson Moreira Tenório, com a sua eficiência, me encorajou a seguir adiante e jamais, me deixou desistir. Obrigada! À professora Meirielen Aparecida Gomes Freitas, com a sua compreensão, se dispôs a ajudar no que fosse preciso. A professora Samantha Nunes de Oliveira Almeida, com a sua competência, disponibilidade, considerou o meu tempo, a minha maneira de pensar e agir, colaborou bastante para que tudo desse certo! E deu. O meu muito obrigada! Saibam que foi muito gratificante aprender com vocês! Estou feliz por vencer mais um desafio em minha vida! Obrigada pela amizade de vocês e pela amizade que conquistei dentro e fora da Universidade! Até breve. E a vida continua!

RESUMO

Esta pesquisa teve como objetivo avaliar a inclusão, a permanência e a eficácia da pessoa com deficiência no ensino superior. Foi abordada a permanência e eficácia, a partir de iniciativas desenvolvidas pelas universidades, no que diz respeito às barreiras enfrentadas pela pessoa com deficiência quanto ao acesso à estrutura arquitetônica e projetos de extensão que promova a inclusão. Para tanto, a metodologia utilizada foi revisão bibliográfica tendo como base artigos científicos, publicações, dissertações e teses já produzidas. A pesquisa faz-se um recorte desde o século XIX até os dias atuais e teve como objetivo principal, compreender as estratégias adotadas pelas universidades para que haja permanência e eficácia da pessoa com deficiência, matriculada em cursos de graduação, além de perceber as possíveis contribuições de inclusão no universo acadêmico. Aborda as ações desenvolvidas pelas Universidades, que, em sua grande maioria, não tem sido suficiente, para assegurar a pessoa com deficiência no ensino superior. Os resultados da pesquisa mostram que as dificuldades encontradas no processo de ensino e de aprendizagem dependem dos recursos especializados para atender essa parcela da população, que depois de muitas lutas, sente - se incluída, no meio acadêmico.

Palavras-Chave: Inclusão, Ensino Superior, Permanência e Eficácia.

ABSTRACT

This research addresses the inclusion in higher education, from the literature descriptive, being developed through the study and analysis articles in publications, websites, dissertations and theses that address the persistence and effectiveness of student with disabilities in higher education. Making a cutout of the nineteenth century to the present day. The objective of this study is to understand the strategies adopted for the stay and the effectiveness of students with disabilities enrolled in undergraduate programs, and realize the possible inclusion of contributions they bring to students. The methodological approach was through the literature review, which is developed through the study and analysis articles in publications, websites, dissertations and theses on the concept of inclusion, permanence and effectiveness. From readings taken through literature review, shafts were built to guide the work: for example: Describing broadly on the structure and aspects permanence and effectiveness student with disabilities in higher education; as well as understand what the relationship of research for the researcher and that his approach to the subject; in addition to clarifying the relationship between the landscape of special education with the historical and political context of the partner country; characterize the problems encountered in the educational system; and how it is the current scenario of the university and its prospects to in connection to an inclusive system. This, however, has not been sufficient to ensure retention and efficacy of these students at the university. The results show the difficulties encountered in the process of teaching and learning and the need for specific resources to this population feel included in this medium.

Keywords: Disability, Education Superior, Efficacy and Permanence

LISTA DE ABREVIATURAS

AACD - Associação de Assistência à Criança Defeituosa
ABE - Associação Brasileira de Educação
AEE- Atendimento Educacional Especializado
APAE- Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais.
CADEME - Campanha Nacional de Educação e Reabilitação do Deficiente Mental
CAT- Comitê de Ajudas Técnicas
CECAE - Cooperação Universitária e de Atividades Especiais
CENESP - Centro Nacional de Educação Especial
CESB - Campanha para o Surdo Brasileiro
CF- Constituição Federal
CNEC - Campanha Nacional dos Cegos
CNE - Conselho Nacional de Educação
CONADE - Conselho Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência
CORDE - Coordenadoria Nacional da Pessoa Portadora de Deficiência
DESE - Departamento da Educação Supletiva Especial
ENEM - Exame Nacional do Ensino Médio
FENAPAES - Federação Nacional das APAEs
IBC - Instituto Benjamin Constant
IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas
IFBA - Instituto Federal de Tecnologia, Ciência do Estado da Bahia
IFES - Instituições Federais de Educação Superior
INEP - Instituto Nacional de Estudos e Pesquisa
INES - Instituto Nacional de Educação de Surdos-Mudos
LDBEN – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
LIBRAS - Língua Brasileira de Sinais
MEC - Ministério da Educação e Cultura
NADE - Núcleo de Educação Especial
ONU – Organização das Nações Unidas
PAP - Programa de Apoio Psicopedagógico
PCNs - Parâmetros Curriculares Nacionais

PNE - Plano Nacional de Educação

PNEP - Política Nacional de Educação Especial

PNEEPEI - Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva.

PROENE - Programa de Acompanhamento a Estudantes com Necessidade Educativa Especial

PPNE - Programa de Apoio aos Portadores de Necessidades Especiais

ProAces - Projeto de Acessibilidade

PROPAE - Programa de Atendimento a Alunos Portadores de Necessidades Especiais

SEDH/PR - Secretaria Especial dos Direitos Humanos da Presidência da República do Paraná.

SENEB - Secretaria Nacional de Educação Básica

SINASEFE - Sindicato Nacional dos Servidores Federais da Educação Básica, Profissional e Tecnológica – Bahia

TA - Tecnologia Assistiva

TCC - Trabalho de Conclusão de Curso

UFBA - Universidade Federal da Bahia - UFBA

UFPR – Universidade Federal do Paraná

UNB – Universidade Nacional de Brasília

UNIFOR - Universidade de Fortaleza

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	10
2. A PESSOA COM DEFICIÊNCIA E O PROCESSO DE ESCOLARIZAÇÃO.....	16
2.1 Definição de deficiência.....	18
2.2 Legislação que ampara a pessoa com deficiência no processo de escolarização.....	20
2.3 Política Nacional para a Integração da Pessoa com deficiência.....	23
3 O ENSINO SUPERIOR E O ESTUDANTE PORTADOR DE DEFICIÊNCIA.....	32
3.1 Histórico do Ensino Superior.....	33
3.2 Acesso e permanência no Ensino Superior.....	38
3.3 Eficácia e Equidade no Ensino Superior.....	41
3.4 O Ensino Superior e as Práticas Educativas.....	43
4. CONSIDERAÇÕES FINAIS	50
REFERÊNCIAS.....	53
APÊNDICE 01: PROJETO DE PESQUISA ANTERIOR.....	57
APÊNDICE 02: PESQUISA: DESCRIÇÃO SOBRE O IFBA.....	72

1. INTRODUÇÃO

A presente monografia tem como temática a inclusão da pessoa com deficiência no ensino superior. Historicamente, a pessoa com deficiência viveu excluída da sociedade durante muito tempo por ser considerada incapaz de pensar e agir, não podia viver socialmente, tampouco, lutar por direitos iguais, o que foi lhe negado ao longo do tempo. Em decorrência das transformações sociais e culturais da contemporaneidade, esta realidade tem mudado ao longo da história e junto a essas mudanças, novas conquistas foram surgindo a cada dia, em relação à pessoa com deficiência. Exemplo disso são as leis criadas, com o objetivo em amparar e assegurar estas pessoas. Percebe-se, no entanto, que os tempos hoje, são outros. O tempo da inclusão.

Conceituando o vocábulo “deficiência” aqui neste trabalho, faz-se compreender que é preciso viver com as diferenças e perceber através da pessoa com deficiência que as possibilidades são iguais para todos; além de enxergar nestas pessoas as oportunidades de aptidões para o conhecimento e para o engrandecimento do país; é necessário disporem-se de ambientes adequados e propícios, considerando às especificidades de cada um, garantindo acesso aos ambientes educacionais, deve cuidar também da permanência e da equidade da pessoa com deficiência que confronta com as dificuldades do dia a dia.

Diante as discussões feitas sobre a pessoa com deficiência, nota-se que a cada dia surgem direitos que asseguram esta parcela da população. Incluir significa oportunizar a todos direitos iguais, embora, ainda se encontra em passos lentos, mas, de forma que todos possam usufruir das mesmas possibilidades, considerando as diferenças e as individualidades de cada um ao realizar algo. Sendo um destes direitos, o acesso em cursos de graduação e a permanência destes, ao ensino superior. Como define na Lei 5629/72 que garante um tratamento especial para a pessoa com deficiência física e mental e aos superdotados, ela dispõe sobre o atendimento específico que deve ser dado a cada um de acordo à sua especificidade.

Assim torna-se relevante destacar a importância da inclusão e da equidade à pessoa com deficiência considerando-se que esse atendimento seja específico de forma que contemple os seus anseios. As discussões sobre equidade contemplam

às instituições, de maneira sucinta e eficaz, melhorando os currículos e retomando as questões relacionadas à diversidade e à eficácia educacional.

Este trabalho monográfico justifica-se por alguns interesses, dentre eles, o de que a pessoa com deficiência é capaz de aprender algo, pois, possuem habilidades e potenciais a serem desenvolvidos. Apesar de muitos não reconhecerem estas possibilidades, acreditam que estas pessoas não são capazes de melhorarem em seus aspectos cognitivos e intelectuais. Negando-lhes o direito de estudar, trabalhar e sentir-se incluída.

Considerando a complexidade da permanência e eficácia no ensino superior, e reconhecendo a sua importância para o desenvolvimento do aluno com deficiência, ressalto que este deve se proceder como um contínuo acompanhamento, contemplando a dinamicidade da ação-reflexão-ação, julgo pertinente a investigação desta temática, porque possibilitará uma extensa discussão acerca da permanência e eficácia no ensino superior, não se restringindo apenas aos alunos com deficiência, mas levando em consideração todo o contexto educacional.

O meu interesse por este tema se deu há alguns anos, por atuar na educação como educadora e coordenadora do Ensino Fundamental e Médio, onde sempre tive contatos com alunos deficientes nas salas de aula e dessa forma, foram surgindo indagações sobre quais as possibilidades que contribuiria para que estes alunos desenvolvessem habilidades de aprendizagens, objetivando sua permanência e eficácia no espaço educacional, já que no final do ano o número de evadidos é muito preocupante para a instituição.

Além disso, no 6º semestre do curso de Licenciatura em Pedagogia, desenvolvi uma pesquisa de campo em que o tema abordava a permanência e a eficácia da pessoa com deficiência no ensino superior do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Bahia–IFBA, Campus I - Salvador. A partir desta pesquisa, produzi e apresentei um relatório, à professora do curso e responsável pelo Componente Curricular Educação Especial da Universidade Federal da Bahia-UFBA, contendo minhas experiências a cerca do assunto pesquisado.

Um primeiro desafio para escrever esta monografia, foi a definição pelo tema, com discussões bastante polêmicas, por um assunto que mexe com a sensibilidade das pessoas, em segundo lugar, foi difícil a escolha para a pesquisa de campo, que seria no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Bahia –IFBA,

Campus I - Salvador. Infelizmente, a pesquisa de campo não pode ser realizada, devido aos movimentos grevistas, organizado pelo Sindicato Nacional dos Servidores Federais da Educação Básica, Profissional e Tecnológica da Bahia (SINASEFE), que declarou greve nacional aos IFBAs.

Segundo o SINASEFE (2015), as servidoras e os servidores do IFBA, iniciaram a greve no dia 13 de abril de 2015. Na sexta-feira, 17 de abril, eles estiveram reunidos em Assembleia Geral no Campus I em Salvador, para debaterem e darem continuidade à greve deflagrada na segunda-feira, 13 de abril de 2015 que perdurou até o mês de setembro do mesmo ano. Tendo convocação para extraordinária para o dia 06 de outubro de 2015.

Em função do ocorrido, ficou inviável desenvolver qualquer tipo de pesquisa no Campus. Por isso, trago anexo, o projeto intitulado: Permanência e Eficácia dos alunos com Deficiência no Ensino Superior do Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia da Bahia - Campus Salvador; elaborado por mim, no componente curricular EDCB92 - Projeto de Trabalho de Conclusão de Curso TCC - 2014.2, sob as orientações do professor Dr. Robinson Moreira Tenório e da doutoranda Samantha Almeida, da Universidade Federal da Bahia - UFBA.

A partir do exposto, outro motivo para a escolha do tema, foi discutir a importância da pessoa com deficiência em cursos de graduação, bem como a inclusão deste no universo acadêmico. É essencial oportunizar a todos, e fazer com que cada um seja o sujeito da ação, mesmo aquele que já se sentiu excluído socialmente.

Esta pesquisa é importante porque aproxima a temática em estudo, ao conhecimento científico. Ela possibilita aos profissionais da educação a terem um outro olhar sobre a pessoa com deficiência, relacionando teoria e prática de forma efetiva, oportunizando-a na perspectiva inclusiva. Esta pesquisa é importante, porque promove discussões sobre os direitos que garantem a permanência e eficácia da pessoa com deficiência no ensino superior.

Escrever algo a respeito de um tema desafiador e presente nos dias atuais, não é fácil. Discutir inclusão, diante do contexto educacional em que vive o país, faz-se necessário, reconhecer a importância de incluir todas as pessoas na universidade e dar-lhes o direito de ir e vir.

Se por um lado, percebe-se que as ações políticas devem garantir a participação da pessoa com deficiência na sociedade civil organizada, por outro, há poucos investimentos nesta modalidade de educação, dessa forma, a deficiência pode ser vista como um fenômeno associado à pobreza, miséria e à incapacidade intelectual.

Escrever uma monografia significa empenhar-se em uma incumbência e enfrentar os desafios. É criar expectativas e mobilizar-se diante deles.

Barros e Lehfeld (2000, p.71) por meio de pesquisas descritivas, procuram-se descobrir com que frequência um fenômeno ocorre, sua natureza, suas características, causas, relações e conexões com outros fenômenos. Dessa forma, acredito que as indagações acerca do estudo e da pesquisa, favorecerão para o tema aqui abordado e que possa servir de incentivo para os responsáveis e para a pessoa com deficiência assegurarem-se ao ingressarem ao ensino superior, para assim sentirem parte do universo acadêmico.

Se por um lado, essa pesquisa justifica-se, pelo âmbito social, pois, discute o que vem a ser a pessoa com deficiência quebrando os paradigmas que repercutem socialmente e culturalmente na vida das pessoas, por outro, justifica-se na contribuição à comunidade científica, abordando um assunto pouco discutido nos espaços e esfera acadêmica.

Assim, o estudo desta pesquisa facilitará na reestrutura do currículo educacional, contemplando o planejamento e a formação de professores, de forma que favoreça a permanência e eficácia a todos, valorizando as diferenças e a diversidade cultural.

Diante deste contexto, o presente trabalho tem como objetivo principal analisar as estratégias adotadas para o ingresso e permanência da pessoa com deficiência matriculada em cursos de graduação e o que as instituições desenvolvem para garantir a eficácia destas, no ensino superior.

Dessa forma, a partir do objetivo geral proposto, foram criados os objetivos específicos para melhor investigação do tema, sendo eles:

- a. Identificar estratégias implementadas pelas universidades públicas e o que elas oferecem à formação da pessoa com deficiência para que esta conclua os cursos de ensino superior.
- b. Identificar os fatores que podem favorecer a permanência da pessoa com deficiência no Ensino Superior.
- c. Conhecer projetos de políticas afirmativas voltados à pessoa com deficiência

No primeiro capítulo a pesquisa propõe uma discussão sobre o tema: pessoas com deficiência no ensino superior; eficácia e permanência, e teve como estratégia para a realização da mesma a pesquisa bibliográfica a fim de compreender o tema em questão com um olhar de produções já existentes por estudiosos da área. A partir da base teórica da pesquisa, sintetiza também, a aproximação com o tema e com o campo temático, fazendo provocações para os objetivos da pesquisa e a justificativa. Ainda neste primeiro capítulo, ressaltam-se as experiências com o tema e como surgiu o interesse pela pesquisa; situando-se sobre a forma de como a monografia foi se organizando, em fim, como as idéias foram se confirmando para que fluísse da forma mais simples possível.

No segundo capítulo, aborda a pessoa com deficiência e o processo de escolarização, para a produção deste capítulo, foi preciso referendar-se em teóricos da área em questão para a construção do mesmo, dentre eles, destaca-se: Júnior (2004); Mazzota (2005); Neves e Mendes (2001); Amaral (1998); Freitas (2015); Constituição Federal (1988), Declaração Mundial sobre Educação para todos (1990); Declaração de Salamanca (1994); Carvalho (2000); Estatuto da Pessoa com Deficiência (2013); Pereira (2007); Januzzi (1992); Lei de Diretrizes e Bases Nacional da educação Brasileira 5.629/72, Juntos eles traçam o panorama atual da educação especial no Brasil.

Para as discussões do capítulo três, traz-se, abordagens sobre o ensino superior e o ingresso da pessoa com deficiência observando-se os aspectos históricos educacionais e sociais, teóricos com Miranda (2011), Alves (2006); Galvão (2011); Torres e Andrade (1999), Pereira (2008); Fávero (2000); Freitas (2015) dentre outros, discutem a temática sobre a educação no ensino superior.

Muitos questionamentos foram surgindo ao longo da pesquisa: De que forma os projetos pedagógicos estão sendo desenvolvidos com a pessoa com deficiência?

Como se encontra a universidade e os profissionais que nela atuam ao receberem pessoa com deficiência nos cursos de graduação? Enfim, com base na Constituição Federal de 1988, mapea-se de que forma acontece o acesso e a permanência da pessoa com deficiência ao ensino superior.

Finalmente, apresento as considerações finais, as referências e os apêndices, instrumentos importantes para a realização desta pesquisa.

Constatou-se através dessa pesquisa a relevância em propor novas discussões a cerca da temática que se refere à pessoa com deficiência no ensino superior; eficácia e permanência bem como o impacto do acesso legal das mesmas ao mundo laboral na estrutura social. Compreendeu-se também a necessidade de uma escolarização que possibilitasse o ingresso ao sistema educacional tendo-se em vista que, cada vez mais se revelam pessoa com deficiência habilitados e preparados para desempenharem suas funções com qualidade.

No capítulo que se aproxima, discute-se sobre a educação especial no Brasil, como ela era vista e como era organizado o sistema educacional por volta do século XIX, trazendo a discussão para os dias atuais, percorre-se a literatura buscando entender como eram vistas a pessoa com deficiência no Brasil Império (1822 até 1889), e de que maneira estas pessoas eram tratadas ao se apresentarem com a perda ou anormalidade relativas à alteração do corpo ou da aparência física.

Em se tratando do contexto educacional, quais eram as concepções das pessoas dito, normais, ao referirem-se à pessoa com deficiência, no século XIX e, atualmente, como são feitas as discussões sobre este público nas diferentes esferas sociais. A legislação ampara de fato, a pessoa com deficiência que queira ingressar em cursos de graduação de nível superior, já que a Constituição Federal de 1988 define a igualdade de condição de acesso e permanência a todas as pessoas. Existe para estes fins, política nacional para a integração da pessoa com deficiência no país? Estas serão as discussões que se aproximam

1 A PESSOA COM DEFICIÊNCIA E O PROCESSO DE ESCOLARIZAÇÃO

Para melhor entender o sistema brasileiro implantado atualmente aos alunos com deficiência, faz necessário contextualizar a educação especial ao longo da história, no panorama nacional e mundial.

Internacionalmente, a história da Educação Especial iniciou sua trajetória com a segregação e separação de pessoas com deficiência em espaços institucionais (como os asilos, até chegar às escolas e classes especiais).

Ao longo da história, a Educação Especial tem sido visto como uma modalidade de ensino, responsável pelo atendimento às pessoas com deficiência, com o intuito em atender as suas especificidades.

Nesta monografia, pretendo resgatar algumas características comuns à Educação Especial no Brasil, desde o século XIX até os dias atuais.

As pesquisas sobre a Educação Especial, no Brasil iniciaram-se no século XIX e os seus estudiosos tiveram como base as primeiras experiências desenvolvidas na Europa. Segundo Júnior (2004, p. 83), a Educação Especial no Brasil teve trajetória semelhante a dos países europeus, porém, na Europa os institutos se transformaram em oficinas de trabalho e no Brasil em asilos de inválidos. Segundo este autor, as Santas Casas de Misericórdia chega ao Brasil, com o propósito de internação de pacientes destituídos de recursos ou recém-chegados ao Brasil, sem família e moradia, período em que o Brasil constituía-se em colônia portuguesa e firmava-se em solo brasileiro, mesmo com os propósitos trazidas de Portugal, eles iam se configurando aqui no país.

Durante o período colonial usavam-se práticas isoladas de exclusão, apesar de o Brasil não possuir grandes instituições de internação para a pessoa com deficiência, elas eram confinadas pela família e, em caso de desordem pública, seriam recolhidas às Santas Casas ou às prisões. [...]. Com a chegada da Corte Portuguesa ao Brasil e com o início do período Imperial, aos poucos, esta realidade foi mudando. (JÚNIOR, 2011. P, 49)

Fundava-se no país o Império Português, grandes estruturas aqui foram construídas, para enfim, receber a corte portuguesa. Gerando um dos fatores para o futuro da independência brasileira. Para Mazzota (2005. P. 75),

Os deficientes mentais não recebiam qualquer tipo de educação. No início do século XIX eles eram tratados como “alienados mentais” e não recebiam qualquer tipo de tratamento. Aqueles que não

oferecessem riscos à sociedade ficavam vagando pelas ruas já os agressivos, eram destinados a ficar acorrentados dentro das cadeias.

Acreditava-se que os deficientes não seriam capazes de desenvolver qualquer tipo de trabalho em função de sua “anormalidade”, por isso, eram considerados loucos e não teriam outra forma de acolhimento e atendimento, a não ser interná-los.

No entanto, percebe-se, que no início do Brasil Império, desenvolvia-se política de dominação europeia, estruturada em um modelo educacional, também europeu, de certa forma isolada, sem a preocupação em oferecer um sistema educacional voltado para todos. Segundo Mazzota (1983, p.77),

Nesse momento, o Estado reestruturará o sistema para assegurar o controle. Esse controle acontecerá por meio de dois processos: a aristocratização do consumo, que será exercida pela classe alta e expansão das exportações. Essa reordenação dar-se-á em nome da consolidação do sistema capitalista em nosso País, que forçará o Estado a assumir novas funções, ajustando a escola ao sistema econômico.

A partir dessa reestruturação do sistema capitalista, ao processo de escolarização, foi em meados do século XIX, quando foi criado o hospício Pedro II em (1841), foi um marco para a separação dos indivíduos considerados “defeituosos” em diferentes espaços físicos daquela época. Segundo Neves e Mendes (2001, p. 35), “o silêncio histórico acobertou, por muito tempo, atitudes de discriminação e segregação, incompatível com a ideia de cidadania e direitos humanos plenos”.

Historicamente, aparecem dessa forma, concepções diferentes associadas à pessoa com deficiência. Essas concepções foram surgindo com o intuito de assegurar os direitos da pessoa com deficiência e outros conceitos foram constituindo de acordo com as concepções da história de cada período. Como também transformando os espaços homogeneizadores de espaços escolares tradicionais, para as discussões a cerca da educação da inclusiva no Brasil.

A seguir, será abordada a definição de deficiência, que ao longo dos anos, era visto de diferentes maneiras aos olhos da sociedade, pois era associado a uma condição de anormalidade relativamente à situação geral do indivíduo, pois, referia-se à deficiência física, à deficiência cognitiva, intelectual, mentais e a diversos tipos

de doença crônica. Além de abordar, as discussões a cerca da legislação que ampara esta pessoa no processo de escolarização, em função disso, é necessário leis que ampare este público, o direito de ir vir, e outras discussões, referentes às políticas nacional que garanta os mesmos direitos a estes cidadãos, situando as discussões desde o século XIX até os dias atuais.

2.1 DEFINIÇÃO DE DEFICIÊNCIA

É importante conhecer o termo deficiência para entender as diferentes necessidades da pessoa com deficiência, e que, ao longo da história foram vistas como pessoas loucas ou retardas, pois eram consideradas como pessoas dependentes, incapazes de desenvolver suas potencialidades. Amaral (1998, p. 24), conceitua o termo deficiência como,

A perda ou anormalidade de uma estrutura ou de uma função: Deficiências são relativas a toda alteração do corpo ou da aparência física, de um órgão ou de uma função, qualquer que seja a sua causa; em princípio deficiências significam perturbações no nível orgânico.

Ao longo da história esta nomenclatura foi mudando, e junto, os seus conceitos também. As concepções de deficiência, agora, estão ligadas à integração, socialização, equidade, solidariedade, liberdade, visto que, o conceito de deficiência, ainda está arraigado aos velhos conceitos trazidos pelos mais velhos seja através de manifestação cultural e social, seja através dos indivíduos que vão aculturando estes conceitos, por não fazerem uma leitura sistemática sobre o assunto.

Segundo o Decreto nº 3.298, de 20 de dezembro de 1999 em seu artigo 3º, deficiência toda perda ou anormalidade de uma estrutura ou função psicológica, fisiológica ou anatômica que gere incapacidade para o desempenho de atividade, dentro do padrão considerado normal para o ser humano; deficiência permanente - aquela que ocorreu ou se estabilizou durante um período de tempo suficiente para não permitir recuperação ou ter probabilidade de que se altere, apesar de novos tratamentos; e incapacidade - uma redução efetiva e acentuada da capacidade de integração social, com necessidade de equipamentos, adaptações, meios ou recursos especiais para que a pessoa portadora de deficiência possa receber ou transmitir informações necessárias ao seu bem-estar pessoal e ao desempenho de função ou atividade a ser exercida. (BRASIL, 1999, p. 01)

Assim, é preciso que o poder público comprometa-se socialmente e garanta participação efetiva desta pessoa na sociedade, para que ela desenvolva autonomia e garanta a equidade comum a qualquer ser humano.

Dessa forma, fazem-se necessárias adaptações arquitetônicas, para que a pessoa com deficiência utilize dos serviços disponíveis nas instituições.

Atualmente, consideram-se pessoas com deficiência, aquelas que têm restrição física, mental ou sensorial, de natureza permanente ou transitória, que limita a capacidade de exercer atividades essenciais da vida diária, causada ou agravada pelo ambiente econômico e social. (BRASIL, 2001 p. 01)

É considerável compreender o conceito deficiência, embora, poucos conheçam, porém, ele vem consolidando cada vez mais nos espaços sociais.

De acordo com o que rege o Decreto nº 3.956, de 08 de outubro de 2001, conceitua deficiência como sendo uma situação em movimento, que pode modificar-se e deixar de ser em determinado momento.

Assim, é preciso que tenha comprometimento social que garanta a sua efetiva participação na sociedade, para que esta pessoa possa desenvolver autonomia pessoal e garantir a equidade que é comum a qualquer ser humano.

É preciso respeitar os seus limites e possibilidades para que as modificações aconteçam de fato. Segundo Freitas (2013, p. 40 e 41),

As discussões em torno da inclusão dos estudantes com deficiência nas Instituições de Ensino Superior acredita-se ser importante evidenciar a complexidade do conceito de deficiência, a qual não é mais somente uma condição pessoal definida por critérios funcionais. Atualmente, representa um fenômeno social, cuja manifestação requer a interação entre as condições pessoais e as barreiras ambientais que impeçam ou limitem a interação social.

Dessa maneira, compreende-se que as discussões sobre a pessoa com deficiência, estão presentes, também, nas instituições de ensino superior, construindo novos conceitos, promovendo possibilidades de inclusão. Surgem, dessa forma, novos interesses e novas discussões. Mas nem sempre foi assim, de acordo com Handicap Internacional (2015, apud FREITAS 2015, p. 41), a deficiência não é um termo que possui uma definição única, e a sociedade e a cultura têm grandes influências sobre a atribuição dos seus significados.

Assim sendo, a deficiência não é só uma questão física e social, ela também traz influências sobre o seu significado ao longo da história. É preciso discutir

veemente, para quebrar os paradigmas associados aos conceitos sobre a pessoa com deficiência na contemporaneidade.

2.2 LEGISLAÇÃO QUE AMPARA A PESSOA COM DEFICIÊNCIA NO PROCESSO DE ESCOLARIZAÇÃO

Diante do processo de escolarização que vive o país, é necessário pensar na equidade de forma que contemple as mais diversas modalidades da educação. Para isso, é preciso assegurar aos cidadãos, especificamente à pessoa com deficiência, o direito a uma educação que lhe proporcione a formação integral, através do conhecimento e das habilidades que possui.

Assim sendo, a Constituição Federal de 1988, art. 26, inciso I, define a igualdade de condições de acesso e permanência na escola. Aparece neste contexto a afirmação de acesso e permanência de todas as pessoas ao sistema educacional.

Logo em seguida, aparece também a Declaração Mundial sobre Educação para Todos (1990, p. 03),

As necessidades básicas de aprendizagem das pessoas portadoras de deficiências requerem atenção especial. É preciso tomar medidas que garantam a igualdade de acesso à educação aos portadores de todo e qualquer tipo de deficiência, como parte integrante do sistema educativo.

No entanto, há mais de um terço dos adultos do mundo não têm acesso ao conhecimento impresso, ou às novas habilidades tecnológicas, que poderiam melhorar a qualidade de vida das pessoas e ajudá-los a perceber e a adaptar-se às mudanças sociais e culturais.

Assim como a Declaração de Salamanca (1994), em que nela há uma reconvocação às várias declarações das Nações Unidas com regras e padrões sobre equalização de oportunidades para a Pessoa com Deficiência. Que os Estados assegurem a educação da pessoa com deficiência e que seja parte integrante do sistema educacional, assim também como o O Conselho Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência (CONADE), que foi o órgão criado para acompanhar e avaliar o desenvolvimento de política pública para a inclusão da pessoa com deficiência, o Programa Incluir, 2013, p. 03),

É executado por meio da parceria entre a Secretaria de Educação Superior - SESu e a Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão – SECADI, objetivando fomentar a criação e a consolidação de núcleos de acessibilidade nas universidades federais, as quais respondem pela organização de ações institucionais que garantam a inclusão de pessoas com deficiência à vida acadêmica, eliminando barreiras pedagógicas, arquitetônicas e na comunicação e informação, promovendo o cumprimento dos requisitos legais de acessibilidade.

O objetivo dessa parceria foi mapear a realidade da educação mundial em relação à inclusão, detectando as necessidades de cada um para poder garantir o acesso e a permanência do outro nos espaços acadêmicos.

Além disso, a proposta criou possibilidades de espaços e oportunidades a fim de incentivar a comunidade universitária lidar com a diversidade através da sensibilização de gestores, professores e estudantes sobre a questão. Outrossim, a Declaração de Salamanca deu ênfase à educação, além de contribuir significadamente para a Educação Especial no país, em seus diferentes aspectos: sociológico, cultural e econômico, atribui também, às Universidades a responsabilidade da pesquisa e a disseminação do conhecimento como forma de práticas educacionais inclusivas.

O currículo para estudantes mais maduros e com necessidades educacionais especiais deveria incluir programas específicos de transição, apoio de entrada para a educação superior sempre que possível e consequente treinamento vocacional que os prepare a funcionar independentemente enquanto membros contribuintes em suas comunidades e após o término da escolarização. Tais atividades deveriam ser levadas a cabo com o envolvimento ativo de aconselheiros vocacionais, oficinas de trabalho, associações de profissionais, autoridades locais e seus respectivos serviços e agências. (Declaração de Salamanca, 1999, p. 13)

Em função disso, as discussões feitas aqui sobre inclusão, foram se firmando desde a década de 1990 para cá, mais precisamente em 1994, quando foi elaborada a Declaração de Salamanca, acreditavam-se em uma política de investimento em vários setores organizacionais, como por exemplo, o universo acadêmico, as empresas de ordem pública e a sociedade civil organizada.

Juntos, eles defendem a educação inclusiva, ou seja, uma educação que acomode qualquer pessoa independente de suas condições físicas, intelectuais, sociais, emocionais, dentre outras, possibilitando-os a viverem melhor e ter mais qualidade de vida.

No entanto, a inclusão no ensino superior foi dada pela Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência (2007) e os Marcos - Político Legal da Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva (2010), para desenvolverem práticas pedagógicas a fim de favorecer a aprendizagem dos estudantes, além de assegurar-lhes, o direito de aprender e integrarem-se com os demais, e ao ensino superior.

Estes documentos têm o objetivo qualificar, adequar o currículo institucional, valorizar a diversidade e oferecer oportunidades de aprendizagens.

Um dos fatores que norteiam a política de permanência e eficácia nas instituições e a seguridade ao direito baseado nos princípios e diretrizes contidos na Convenção dos Direitos da Pessoa com Deficiência,

Reafirmando a universalidade, a indivisibilidade, a interdependência e a inter-relação de todos os direitos humanos e liberdades fundamentais, bem como a necessidade de garantir que todas as pessoas com deficiência os exerçam plenamente, sem discriminação. (ONU, 2007, p. 01)

Assim, garantir a educação de qualidade para todos, significa redimensionar o ensino e a cultura de uma geração, não somente na aceitação, mas, na valorização das diferentes aprendizagens e das diferentes formas de adquirir conhecimento, segundo Carvalho, (2000, p. 186), “examinar e garantir a inclusão no espaço escolar é tarefa muito complexa [...], pois a escola é o reflexo do contexto social, econômico e político que precisa ser inclusivo”.

Nas últimas décadas os discursos sobre os direitos da pessoa com deficiência estão sendo discutidas nas mais diversas áreas do conhecimento, sejam nas áreas das Ciências Sociais seja nas áreas das Ciências Humanas. Esta prática favorece ao desempenho educacional da pessoa com deficiência no ensino superior, garantindo-lhe o direito de cidadania e de desempenhar as suas funções em espaços sociais, considerando suas possibilidades.

Um dos marcos atualmente muito importante tem sido O Estatuto da Pessoa com Deficiência, em seu Art. 1º, instituem-se normas e critérios básicos que asseguram, promovem e protegem o exercício de igualdade a todos os cidadãos deficientes, garantindo a sua inclusão.

Será que o sistema educacional foi organizado pensando nestas pessoas? Ou o sistema educacional reproduz o que a sociedade impunha? Ou ele contribui para a redução de discriminação tão presente no país? Percebe-se, através destas

e outras reflexões que o sistema educacional exclui cada vez mais os seus estudantes de um sistema organizado e pensado para todos, porque, em sua grande maioria, ele não foi estruturalmente pensado e organizado para atender a todos e sim, uma pequena minoria considerada como “pessoas normais”.

Dessa forma, contradiz o que traz o Estatuto da Pessoa com Deficiência em seu artigo 41 (2013, p. 10),

Incumbe ao Poder Público, em todos os níveis e modalidades de ensino, assegurar, criar, desenvolver, implementar e incentivar: I–a convivência escolar num sistema educacional inclusivo; II - a preparação da escola e o aprimoramento dos sistemas educacionais a fim de incluir todos os alunos com deficiência, inclusive através da disponibilização de tecnologias assistivas e cuidadores; III–ações e programas que garantam a acessibilidade plena, o atendimento educacional especializado e o combate à discriminação.

Contrariando esta possibilidade, espera-se uma reformulação na estrutura física das instituições de ensino superior, a fim de possibilitar as pessoas com deficiência a irem além dos espaços físicos, incentivando assim, o aprimoramento dos sistemas educacionais, promovendo conhecimento científico, além de garantir o atendimento especializado considerando suas possibilidades de aprendizagens e participação efetiva na sociedade.

Assim sendo, é preciso que se façam reflexões sobre as barreiras acima citadas, pelo o Estatuto da Pessoa com Deficiência, para que esta pessoa sinta-se amparada e segura por um direito que é seu.

A maneira de enxergar o mundo em sua totalidade, é que faz surgir novas perspectivas do que seja o conceito de deficiência na educação. São conceitos que vão se construindo e consolidando, a partir do momento em que se discute o direito de ir vir das pessoas que vivem em sociedade.

Incluir significa também, dar o direito de estudar em instituições que ofereçam materiais pedagógicos de qualidade, a fim de atender a pessoa com deficiência em sua totalidade. É preciso fazer valer estes direitos: os de estudar, pesquisar e compartilhar conhecimentos. É o que esclarece o item que se aproxima.

2.3 POLÍTICA NACIONAL PARA A INTEGRAÇÃO DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA

Em meados do século XIX, houve a reestruturação do sistema capitalista, ao sistema econômico no país. Diante deste contexto, percebe-se interesse por parte

dos europeus em estabelecer no país uma estrutura educacional que assegurasse a mão de obra para o desenvolvimento capitalista, porém, com influências europeias. Os seus interesses voltavam-se às políticas de Estado e não uma política que contemplasse a todos.

Em função dessa política de governo e da forma como era tratada a educação na década de 1920, segundo Ghiraldelli (2009, p. 41), foram realizados vários ciclos de reformas estaduais, que se tornou um clássico da literatura pedagógica da história, da filosofia e da educação brasileira.

Para isso, vários professores, psicólogos europeus foram trazidos para o Brasil para oferecer cursos aos educadores brasileiros, influenciando os rumos da Educação no País.

Dessa forma, foi instituído O Imperial Instituto dos Meninos Cegos no Brasil, pelo Imperador D. Pedro II através do Decreto Imperial n.º 1.428, de 12 de setembro de 1854. Hoje, Instituto Benjamin Constant (IBC), pela Lei n.º. 837 de 26 de setembro e em 1957; cem anos depois, por meio da Lei n.º. 3.198, passou a se chamar Instituto Nacional de Educação de Surdos-Mudos (INES).

O grande problema, na época, dessas instituições é que a maioria da população não tinha nem como chegar a elas, pois todas estavam localizadas nas regiões Sul e Sudeste, deixando o restante do país sem nenhum atendimento especializado para o contingente carente de cuidados especiais que cada um precisava.

A instituição, fundada no Rio de Janeiro, tinha como modelo o Instituto de Meninos Cegos de Paris, cujos métodos de ensino eram considerados os mais avançados de seu tempo. Foi com o discurso convencional do jovem cego e ex-aluno do Instituto de Paris José Álvares de Azevedo que convenceu o imperador D. Pedro II a instituí-lo, durante uma audiência intermediada pelo médico da corte, ao Dr. José Francisco Xavier Siga e pelo Barão do Rio Bonito, o então presidente da Província do Rio de Janeiro.

Em seu primeiro ano de funcionamento, o Imperial Instituto dos Meninos Cegos atendeu alunos de duas províncias: Rio de Janeiro e Ceará. Até o fim do regime monárquico, recebeu meninos e meninas de várias outras províncias, como Alagoas, Bahia, Espírito Santo, Minas Gerais, Pará, Piauí, Rio Grande do Sul, Santa Catarina e São Paulo. O ingresso dos alunos estava condicionado à autorização do ministro e secretário de Estado dos Negócios do Império.

Segundo Mazzota (1996, p. 29), esse atendimento acontecia de maneira isolada no Brasil, porque favorecia uma parcela ínfima da população, considerando-se que, em 1872, contava com 15.848 cegos e 11.595 surdos. Deste total, apenas 35 cegos e 17 surdos eram assistidos nessas instituições.

Ao chegarem ao Brasil, as ideias do casal e professores Tiago e Johanna Wurth, era oferecer uma escola especializada para alunos com dificuldades na escola comum. Nascia assim no Rio Grande do Sul, em 1996, a primeira escola de Ensino Especial de iniciativa não governamental do Brasil, denominado Instituto Pestalozzi em homenagem ao educador suíço cujas ideias educacionais ficaram gravadas no professor Tiago Wurth.

Em 1927, foi transferido para Canoas, transformando-se em um internato especializado no atendimento aos deficientes mentais. De lá para cá o Instituto Pestalozzi do Rio Grande do Sul, foi-se expandindo às grandes metrópoles do país, assim como, São Paulo, Rio de Janeiro, Salvador, Minas Gerais, dentre outras, grandes metrópoles.

Segundo Januzzi, (1992) e Mendes (1995), muitos educadores vieram para o Brasil, como a psicóloga russa Helena Antipoff, que chegou a Minas Gerais, em 1929, ela foi responsável pela criação de serviços e diagnóstico, classes e escolas especiais e contribuiu para a formação de profissionais que, mais tarde, foram trabalhar na área da Educação Especial pelo país a fora.

Assim, a oferta e o atendimento às pessoas com deficiência foram se expandindo, a partir de 1930, através da sociedade civil organizada junto às instituições não governamentais e religiosas.

Segundo Pereira, em 1950, foi criada a Associação de Assistência à Criança Deficiente (AACD), em São Paulo, uma instituição privada especializada no atendimento à pessoa com deficiência física. É uma organização de natureza privada brasileira, sediada na cidade de São Paulo, visa zelar pela terapêutica, regeneração e por uma nova integração de crianças, jovens e adultos com deficiência física na sociedade.

Ela foi criada pelo médico Roberto da Costa Bonfim, especializado em ortopedia, no ano de 1950. Ao realizar um estágio na área de Ortopedia Infantil nos Estados Unidos da América (EUA), ele se encantou com os centros de reabilitação existentes naquele país. O ortopedista voltou para o Brasil trazendo em sua

bagagem o sonho de aí estabelecer uma organização com a mesma qualidade da que conhecera na América do Norte.

Assim, em 1950, unido a outros profissionais da saúde, Bonfim fundou a AACD atualmente, esta instituição está disseminada por vários pontos do país. Além da sede, há outros centros em Osasco, Recife, Porto Alegre, Uberlândia e Nova Iguaçu. Só a partir de 1962 ela passou a fabricar várias espécies de próteses, órteses e demais complementos.

Na AACD, são tratadas pessoas com paralisia cerebral, lesão na medula, *mielomeningoceles* – má formação congênita na coluna vertebral da criança, problemas vasculares, escolioses – desvios da coluna para a direita e para a esquerda, acidente vascular cerebral, traumas cranianos e na região encefálica, consequências de um surto de poliomielite, e também aqueles que sofreram amputações dos membros inferiores e superiores.

No ano de 1954, fundava-se no Rio de Janeiro a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAE). Na ocasião com a chegada ao Brasil de Beatrice Bemis, procedente dos Estados Unidos, membro do corpo diplomático norteamericano e mãe de uma pessoa com Síndrome de Down. No seu país, já havia participado da fundação de mais de duzentas e cinquenta associações de pais e amigos; e admirava-se por não existir no Brasil.

Motivados por aquela cidadã, um grupo de pais, amigos, professores e médicos de excepcionais, fundou a primeira Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais do Brasil. A entidade passou a contar com a sede provisória onde foram criadas duas classes especiais, com cerca de vinte crianças. A escola desenvolveu e, seus alunos tornaram-se adolescentes e necessitaram de atividades criativas e profissionalizantes. Surgiu, assim, a primeira oficina pedagógica de atividades ligadas à carpintaria para deficientes no Brasil.

Em 1962, havia 16 APAEs no Brasil, 12 das quais se reuniram em São Paulo para a realização do 1º Encontro Nacional de Dirigentes Apaeanos, do Brasil. Durante a reunião decidiu-se pela criação da Federação Nacional das APAEs (FENAPAE).

Atualmente, a FENAPAEs reúne 23 federações estaduais e mais de duas mil APAEs distribuídas por todo o País. Essas organizações constituem uma rede de atendimento à pessoa com deficiência de expressiva capilaridade na sociedade, que

presta serviços de educação, saúde e assistência social. O atendimento é voltado para as pessoas com deficiência intelectual e múltipla.

Em função desta expansão e da procura por instituições voltadas para o atendimento da pessoa com deficiência, em 1960, houve uma expansão muito significativa no país, voltada para o atendimento aos excepcionais¹, que foi assumido pelo Governo Federal, através de campanhas voltadas para este fim.

Nota-se neste contexto, o surgimento de inúmeras campanhas, organizadas em função da Educação Inclusiva. Segundo Pereira (2008, p. 106), assim surgiu,

01. Campanha para o Surdo Brasileiro (CESB), firmado pelo Decreto Federal nº 42.728, no Século XIX, especificamente, 03 de dezembro 1957. Instalado o Instituto Nacional de Surdos (INES) Rio de Janeiro por iniciativa do surdo francês E. Het, tendo como primeira denominação Collegio Nacional para Surdos-Mudos, de ambos os sexos. Tinha como proposta promover assistência e o atendimento a todos os surdos em território nacional.

02. Campanha Nacional dos Cegos-CNEC pelo Decreto Presidencial Nº 48.252 de 31 de maio de 1960. Tinha como objetivo educar e reabilitar os doentes da visão, a fim de reencaminhá-los à indústria, às fábricas, agriculturas, atividades artísticas e ducativas, tanto em instituições privadas como públicas.

03. Campanha Nacional de Educação e Reabilitação do Deficiente Mental,-CADEME, estabelecido pelo Decreto Presidencial, nº 48.961, de 22 de setembro de 1960. Tinha como finalidade promover a “educação, treinamento, reabilitação e assistência educacional das crianças retardadas e outros deficientes mentais de qualquer idade ou sexo”

Nesse período, junto com as discussões mais amplas sobre reforma universitária e educação popular, o estado aumenta o número de classes especiais, principalmente para deficientes mentais, nas escolas públicas. Sobre isso, Ferreira (1989) e Jannuzzi (1992), esclarecem que na educação especial para indivíduos que apresentam deficiência mental há uma relação diretamente proporcional entre o aumento de oportunidades de escolarização para as classes mais populares e a implantação de classes especiais para deficiência mental leve nas escolas regulares públicas.

¹ Termo usado nas décadas de 1950, 1960 e 1970, para designar pessoas com deficiência intelectual. C.f.: <http://www.fafich.ufmg.br/gerais/index.php/gerais/article/viewFile/190/214>.

A reforma política nacional da educação inclusiva ampliou investimentos pedagógicos para as pessoas com deficiência e trouxe um novo contexto à educação especial e tem como base a concepção dos direitos humanos.

A Lei nº 5.629/71, que altera a (LDBEN de 1961, p. 15) em seu artigo V diz que os sistemas de ensino assegurarão aos educandos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, currículos, métodos, técnicas, recursos educativos e organização específicos, para atender às suas necessidades.

Ao criar o Centro Nacional de Educação Especial - CENESP, em 1973, o Ministério da Educação - MEC, não contemplava ações educacionais às pessoas com deficiência e com superdotação, mas, ainda configuradas por campanhas assistenciais e iniciativas isoladas do Estado, mais uma vez, a Educação Inclusiva não se efetivava em uma política de acesso universal.

Dessa forma, pesquisadores e estudiosos percebiam a educação inclusiva como uma modalidade sem a devida atenção dos órgãos públicos.

Embora estudiosos e pesquisadores universitários confrontassem com estas ideias eles percebiam que havia movimentos sociais e intelectuais reivindicando políticas públicas e de direitos iguais para a educação especial.

Foi durante a década de 1980, que muitas transformações marcaram este período, como por exemplo, o avanço tecnológico e as suas contribuições nos aspectos sociais e culturais. Segundo Galvão (2011, p. 120), as “Tecnologias Assistivas (TA), é um conceito que trata da tecnologia de transformação cultural, eficiente para o bom desempenho social da pessoa que necessita de recursos para se locomover, aprender e estudar”.

Contudo, é uma forma de inovar o ensino e incluir cada vez mais a pessoa com deficiência na sociedade, pois se trata de tecnologia e transformação cultural e que, de certa forma, contribui significativamente, para o desempenho emocional e intelectual da pessoa com deficiência.

O Conceito de Tecnologia Assistiva que se referencia neste trabalho, é o conceito proposto pelo Comitê de Ajudas Técnicas (CAT), uma instância que estuda essa área do conhecimento no âmbito da Secretaria Especial dos Direitos Humanos da Presidência da República (SEDH/PR). O Conselho aprovado e adotado por este Comitê estabelece que:

Tecnologia Assistiva é uma área do conhecimento de característica interdisciplinar, que engloba produtos, recursos, metodologias, estratégias, práticas e serviços que objetivam promover a funcionalidade, relacionada à atividade e à participação de pessoas com deficiência, incapacidade ou mobilidade reduzida, visando sua autonomia, independência, qualidade de vida e inclusão social. (ATA., 2007, p. 01)

Em meio a tantas outras descobertas da ciência e da tecnologia, esta área do conhecimento, vem se expandindo cada vez mais na área educacional e tem como intuito, facilitar e incluir a pessoa com deficiência, também no mercado de trabalho.

No final do século XX, no Brasil, o instrumento jurídico precursor na legitimação da voz dos movimentos sociais pela inclusão educacional e a Constituição Federal de 1988, juntos, eles se explicitam, pela primeira vez, que o atendimento educacional especializado aos alunos com deficiência deverá ocorrer, preferencialmente, na rede regular de ensino. Sem dúvida, isto foi um grande avanço.

Além desse claro indicador e integrador, a Constituição Federal de 1988 estabeleceu diretrizes para tratar a Educação Especial como modalidade de educação escolar obrigatória e gratuita. Na década de 1990, todos esses princípios foram reforçados e explicitados, com maior clareza, nos textos legais subsequentes, inspirados em documentos internacionais como a proposta de Educação para Todos e a Declaração de Salamanca. Tais documentos abriram espaços para a ampla discussão sobre a necessidade de os governos contemplarem em suas políticas públicas o reconhecimento da diversidade da pessoa com deficiência e garantir o compromisso em atender às suas necessidades nos contextos escolares.

O Plano Nacional de Educação para Todos (1990), junto com a Política Nacional de Educação Especial (1994) e, especificamente, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional de 1996, que destina o Capítulo V (Artigos 58, 59 e 60) à Educação Especial, são emblemáticos em apontar novos caminhos para essa modalidade de ensino.

Com a elaboração dos Parâmetros Curriculares Nacionais para a Educação Básica, a partir de 1997 e 1998, mais uma vez, a Educação Especial apoiou-se ao status participante no sistema de ensino, já que não houve qualquer produção vinculada à área. Apenas em 1999, o Governo Federal publicou um caderno intitulado “Adaptações Curriculares dos Parâmetros Curriculares Nacionais: Estratégias para a educação de alunos com necessidades educativas especiais”,

cujo propósito seria oferecer subsídios ao professor, de como trabalhar assuntos que atendessem às necessidades individuais da pessoa com deficiência.

Diante deste contexto e da pulverização de um sistema educacional e igualitário, o Ministério da Educação e Cultura, elaborou em 2007, um Documento que tem como meta a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva, nomeado pela Portaria Ministerial nº 555, de 05 de junho, prorrogado pela Portaria nº. 948, de outubro de 2007.

O Documento trata da Política Educacional no mundo, e beneficia a pessoa com deficiência e os demais envolvidos nas lutas pelos direitos humanos que consideram as diferenças como valores inseparáveis e indissociáveis, cumprindo o que determina a Lei nº 5.540, de 28 de novembro de 1968 em seu artigo 6º,

O ministério de Educação e do Desporto exerce as atribuições do poder público federal em matéria de educação, cabendo-lhe formular e avaliar a política nacional de educação, zelar pela qualidade do ensino e velar pelo cumprimento das leis que o regem.

Muito tem que se lutar pelo ensino superior no país em se tratando de educação especial. O artigo 1ª da Declaração dos Direitos Humanos determina o acesso igualitário em todos os espaços da vida comum, um pré-requisito para assegurar a liberdade e os direitos humanos universais.

Nesse sentido, a Educação Especial, engendra-se a um processo de reorganização, estruturação curricular confrontando-se com as barreiras encontradas pela pessoa com deficiência no Ensino Superior. Segundo Gody (2002, p. 17),

A pessoa portadora de deficiência ainda tem muito a lutar e teremos que lutar muito com elas para vê-las usufruir do direito de existir nesta sociedade muito competitiva, marginalizada, discriminizadora, excludente, e por que não dizer, excludora daqueles que diferem dos padrões adotados e ditos normais.

É comum perceber a luta entre os grupos sociais pertencentes às comunidades, eles estão presentes em pesquisas científicas, em congressos nacionais e internacionais em questionamentos, em academias, dentre outros ambientes. Estas organizações fortalecem as discussões sobre o direito de ir vir comum a todos e expandem-se cada vez mais nos espaços sociais, seja nos investimentos imobiliários, seja na construção civil organizada, enfim, nos mais diversos espaços institucionais públicos.

No capítulo que se aproxima, propõem-se discussões sobre o estudante com deficiência no ensino superior, como este público é recebido ao ingressar em cursos de graduação, se as universidades estão de fato preparadas para atender a demanda destas pessoas. Já que a igualdade de condições de acesso e permanência da pessoa com deficiência é assegurado pela Constituição Federal de 1988 em seu artigo 26, inciso I, assim, é necessário que a universidade, que se apresenta como instituição que valoriza a igualdade e respeita as diferenças se reestruture para atender este público e se tornar em um ambiente inclusivo, que ofereça acesso e permanência a todos.

Segundo Freitas (2015, p. 28), para que haja eficácia e equidade na educação, é preciso considerar os elementos que propunha avaliação como: a infraestrutura, os professores, os alunos e o próprio ensino. Dessa forma, é preciso priorizar o ensino e fazer dele o conhecimento da pesquisa é o que apresenta-se nas discussões a seguir.

Finalmente apresenta-se as considerações finais como o resultado alcançado na pesquisa, como também, os apêndices um que trata do projeto de pesquisa construído para o desenvolver a pesquisa de campo desta monografia e o apêndice dois, que foi uma pesquisa feita sobre o Instituto Federal de Educação, Ciência Tecnológico da Bahia (IFBA), instituição escolhida para a pesquisa de campo, que, em função da greve, não pode ser realizada, sugere-se que fique para uma outra oportunidade seja como curso de extensão seja para o mestrado .

3 O ENSINO SUPERIOR E O ESTUDANTE COM DEFICIÊNCIA

Em 2011 uma coletânea de textos, foi organizada pela professora Therezinha Guimarães Miranda, e pelo professor Teófilo Alves Galvão Filho, além de outros professores da Faculdade de Educação da UFBA, juntos, eles abordaram o panorama educacional brasileiro no que se refere ao paradigma de Educação Especial, numa perspectiva de Educação Inclusiva.

De forma bem clara, eles tratam como é feito o atendimento educacional especializado no ensino superior, abordando as diferentes terminologias e modalidades de ensino que levaram a criação de instituições superiores especializadas a atenderem a pessoa com deficiência.

Através da literatura, percebe-se o impacto que esta modalidade de ensino provocou no campo da educação especial que, ao longo da história, foi se aprimorando nas diferentes formas de atendimento clínico e terapêutico.

Dessa maneira, o aprimoramento e as melhorias dos estudos no campo da educação especial, nas universidades, juntamente com os direitos humanos vêm modificando os conceitos sobre esta terminologia e ampliando novos espaços, e investimentos além de modificar os conceitos, modificam também, as legislações e as práticas pedagógicas. Dessa forma, ela vai se firmando enquanto espaço público gratuito e que exige um atendimento especializado.

Sendo assim, faz-se necessário um olhar mais aguçado sobre as políticas afirmativas em espaços acadêmicos, questionando sempre sobre a promoção de estruturação adequada às pessoas com deficiência e um ensino de qualidade para todos. Segundo Miranda (2011, p. 103),

Constata-se, portanto, que atualmente, há uma aceitação da inclusão escolar, mas os mecanismos utilizados, para que a mesma seja realizada com eficácia, não estão tendo êxito, pois, ainda não se tem mudanças nos aspectos estruturais, na atitude dos sujeitos envolvidos e nos aspectos pedagógicos.

No entanto, existem muitos discursos com o intuito de divulgar o que se tem avançado na educação da pessoa com necessidade especial, porém, são discursos, na maioria das vezes, infundados, com o objetivo de favorecer a demanda do setor político organizado.

Como acontece com a implantação de Salas de Recursos Multifuncionais, foi elaborado pelo Ministério da Educação e Cultura, espalhadas em todo território nacional, tem como intuito, apoiar os sistemas de ensino, ao atendimento educacional especializado de forma complementar ou suplementar ao processo de escolarização, conforme previsto no inciso V do artigo 8º da Resolução CNE/CEB nº, 2/2001, porém, em sua grande maioria, estas salas estão em desuso, pois não há especialistas para fazerem uso adequado de alguns recursos. Assim como o material para transcrição, no caso do deficiente visual, não se tem um aproveitamento total, por falta de um profissional capacitado para este atendimento.

O documento *Sala de recursos multifuncionais* salienta

que o professor da sala de recursos multifuncionais deverá participar das reuniões pedagógicas, do planejamento, dos conselhos de classe, de elaboração do projeto político pedagógico, desenvolvendo ação conjunta com os professores das classes comuns e demais profissionais da escola para a promoção da inclusão escolar.(ALVES et al., 2006, p. 18)

É preciso investir em formação docente, para que estes profissionais possam atender as demandas necessárias da pessoa com deficiência.

Por outro lado, os Parâmetros Curriculares Nacionais, para a Educação Básica, “tem como objetivo garantir à população brasileira o direito de usufruir de um conjunto de conhecimentos reconhecidos como necessários para o exercício pleno da cidadania”, (BRASIL, 1998, p.11), em se tratando de uma sociedade fortemente marcada pelas desigualdades sociais, pelo avanço constante da ciência, da tecnologia e das mudanças sociais.

Partindo deste pressuposto, percebe-se a importância da pesquisa e extensão no âmbito acadêmico, pois, as diferenças sociais e culturais estão presentes em nosso dia a dia essas diferenças precisam ser discutidas em âmbito educacional, com o intuito de melhorar a vida das pessoas envolvidas no processo educacional, para que todos e todas sintam-se parte integrante da sociedade em que vive.

3.1 HISTÓRICO DO ENSINO SUPERIOR

Segundo Fávero (2000, p. 59), o início dos anos 1930 é marcado por uma caracterização maior quando se trata dos problemas educacionais. A concepção de

que a reforma da sociedade se daria pela reforma da educação e do ensino, as pessoas herdaram mais forças e ampliaram suas perspectivas.

Diante dos movimentos da escolanovista e dos ideais liberais na década de 1930, faz jus relatar algumas discussões feitas ao longo dos séculos em relação ao ensino superior no país.

Para a historiadora, Ana Maria Araújo Freire (1989, p. 44),

Afirma que, com o estabelecimento da Coroa Portuguesa, no Rio de Janeiro, em 1808, houve uma maior preocupação imediatista profissionalizante com o ensino superior no Brasil. Sentia-se a necessidade de preparar o pessoal para servir aos novos quinze mil habitantes da nova sede do Reino Português.

Dessa forma, foram surgindo às primeiras universidades no Brasil, como as faculdades de medicina, odontologia, cirurgia, engenharia, obstetrícia, agricultura, farmácia, desenho, pintura, escultura, arquitetura civil, economia política, matemática, química, história, desenho e música, dentre outras, localizadas em diversas vilas das colônias.

Ambas tinham como intuito servir aos serviços públicos que já se ampliavam em uma grande quantidade nas colônias imperiais.

Todavia, a colônia portuguesa começava a se formar em uma burguesia local e cada vez mais queria dominar um maior poder econômico sobre a política de poder. Com isso, várias medidas foram tomadas no âmbito econômico, político, social e cultural, que estimulou as pessoas a se firmarem numa luta de igualdade e independência do país.

Se por um lado, tal fato foi importantíssimo para a história do Brasil Imperial, por outro, o poder aproximava-se, às contradições, que se uniam ao jogo de interesses privados e político da época.

Assim foram criados, nesse período, na Bahia, os cursos de Economia, 1808, em 1809, Matemática, Agricultura, em 1812. No Rio de Janeiro foram fundados o laboratório de Química, em 1812 e o curso de Agricultura, em 1814, foram criada em 1816 e transformada em 1820, na Real Academia de Pintura, Escultura e Arquitetura Civil, hoje, conhecida como Escola de Belas Artes da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Química, em 1817, Desenho Industrial, em 1818. Em Pernambuco, em Vila Rica, 1817, Desenho e História, Desenho e História. Minas Gerais, em 1821.

No que se refere à Educação, a Constituição Federal de 25 de março de 1824, elaborada pelo Conselho de Estados, em seu Art. 179, traz a garantia da

instrução primária e gratuita a todos os cidadãos, os Colégios e as Universidades, teriam autonomia para ensinar os elementos das Ciências, e das Belas Artes.

Em 1889, ano da Proclamação da República, eram 19 os cursos de educação superior no Brasil, conforme apresenta o quadro 01, a seguir:

Quadro 1- Números de Cursos de Educação Superior fundados no BRASIL entre 1808 e 1889.

NOME IES	NOME CURSO	DT INICIO FUNCIONAMENTO	MUNICÍPIO	UF
Universidade Federal da Bahia	Medicina	08/03/1808	Salvador	BA
Universidade Federal do Rio de Janeiro	Medicina	05/11/1808	Rio de Janeiro	RJ
Universidade Federal do Rio de Janeiro	Engenharia Civil	01/01/1811	Rio de Janeiro	RJ
Universidade Federal do Rio de Janeiro	Escultura	12/08/1816	Rio de Janeiro	RJ
Universidade Federal do Rio de Janeiro	Gravura	12/08/1816	Rio de Janeiro	RJ
Universidade Federal do Rio de Janeiro	Pintura	12/08/1816	Rio de Janeiro	RJ
Universidade Federal do Rio de Janeiro	Arquit Urba	23/11/1820	Rio de Janeiro	RJ
Universidade Federal de Pernambuco	Direito	15/05/1827	Rio de Janeiro	RJ
Universidade Federal de Ouro Preto	Farmácia	13/05/1839	Ouro Preto	MG
Universidade Federal do Rio de Janeiro	Música	21/01/1847	Rio de Janeiro	RJ
Universidade Federal do Rio de Janeiro	Odontologia	14/05/1856	Rio de Janeiro	RJ
Universidade Federal de Ouro Preto	Engenharia de Mias	13/11/1875	Ouro Preto	MG
Universidade Federal da Bahia	Agronomia	03/03/1877	Cruz das Almas	BA
Universidade Federal da Bahia	Artes Plásticas	06/03/1877	Salvador	BA
Universidade Federal da Bahia	Teatro	07/03/1877	Salvador	BA
Universidade Federal da Bahia	Odontologia	09/03/1879	Salvador	BA
Universidade Federal da Bahia	Agronomia	06/03/1877	Capão do Leão	BA
Universidade Federal do Rio Grande do Sul	Engenharia Metalúrgica	01/03/1889	Porto Alegre	RS

Fonte: BRASIL. INEP, 2004.

Segundo dados do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas (INEP), mostrados no quadro 01, foram fundados no Brasil, no decorrer do século XIX, de 1808 a 1899, 19 cursos de educação superior, que hoje integram oito universidades, sendo dez da Universidade Federal do Rio de Janeiro; nove da Universidade Federal do Rio Grande do Sul; oito da Universidade Federal da Bahia; três da Universidade Federal de Ouro Preto; dois da Universidade Federal de Pernambuco. Chegando ao final do século XIX com 24 estabelecimentos de ensino superior no Brasil com cerca de 10.000 estudantes. A partir daí, a iniciativa privada começou a criar estabelecimentos de ensino superior, graças à possibilidade legal e disciplinada pela Constituição da República de 1891.

Para Coelho e Vasconcelos (2009, p.02):

O Projeto educacional de cursos superiores isolados esteve a serviço dos interesses das elites, que detinham o poder político e econômico na sociedade brasileira, demonstrado por um mecanismo institucional de política de dependência, instaurado no Estado colonialista. De um lado, visava-se à cultura profissional; de outro, enfatizava-se o sentido liberal de profissões socialmente prestigiadas.

De acordo com a criação das universidades, elas foram sempre relacionadas aos interesses políticos da época, sendo essa situação uma característica da sua origem, pois elas foram criadas a partir do modelo das universidades fundadas em Portugal. A Universidade do Rio de Janeiro é mantida nos moldes em que fora criada e é autorizada a criação de outras universidades, seguindo o seu modelo: Segundo Cunha (1980, p. 126) por esses documentos as universidades gozariam de “perfeita autonomia administrativa, econômica e didática”. Os conselhos universitários poderiam “determinar as matérias ou cadeiras de cada curso, sua seriação, programas e processos de exames”. Cunha (1980, p. 126). A admissão de alunos deveria estar sujeita aos mesmos requisitos legais exigidos para os estabelecimentos federais de ensino. Para o autor, na prática, a constituição de universidades particulares estava vedada, pois estava condicionada a uma lei do governo estadual para sua criação.

Embora as instituições até então criadas, continuavam, com práticas educativas, isoladas, inexpressivas, como um mero conglomerado de faculdades, sem articulação e com uma reitoria que levou à disputa entre elas. Segundo, Coelho e Vasconcelos (2009, p. 2) no ano de 1924 é fundada a Associação Brasileira de

Educação (ABE) instrumento de mobilização e difusão de ideias, na qual se reuniram os mais expressivos educadores.

As discussões sobre a forma em que as universidades vinham sendo criadas e os rumos do ensino superior, no Brasil, passam a se expressar de forma intensa e organizada.

Conforme Coelho e Vasconcelos, (2009, p. 2),

A questão do ensino superior foi o denominado segundo inquérito, realizado na II Conferência Nacional de Educação, promovida pela (ABE), em 1928, e publicado com o título “O Problema Universitário Brasileiro – inquérito promovido pela Secção de Ensino Técnico e Superior da ABE”. Nesta pesquisa, um curto questionário foi enviado, o qual indagava: Que tipo universitário adotar no Brasil? Deve ser único? Que funções deverão caber às universidades?

Dessa forma, o ensino superior foi se organizando e sistematizando-se em um ensino que aproximava o aluno à sua realidade e à sua necessidade, buscando cada vez mais atender as demandas da sociedade contemporânea, em se negando da desorganização e da caracterização dada ao ensino superior, até aqui já visto. Segundo Cunha (1980) o crescimento dos sistemas de ensino e as mudanças políticas motivaram o surgimento dos profissionais da educação, dentre eles destacam-se Lourenço Filho, Anísio Teixeira, Francisco Campos e Mário Casassanta. De acordo com Cunha (2003, 26),

esses profissionais estavam preocupados com a remodelação dos sistemas estaduais de ensino, com a melhoria da qualidade e com os princípios recomendados pela Escola Nova. Fala-se em ciências da educação.

Contudo, percebe-se que o ensino superior passa por organizações curriculares, com o objetivo de atender às demandas do mercado de trabalho, conforme a conjuntura social e política que se fazia presente, estas marcas ficaram registradas, desde a Escola Nova até os dias atuais, pois seus reflexos se fazem presentes na contemporaneidade, Anísio Teixeira, Francisco Campos, Laurêncio Filho dentre outros, que de uma forma ou de outra, contribuíram para a organização do sistema educacional do país. Conquistas estas, que refletem até os dias atuais, seja de forma organizada, seja de forma não organizada, o sistema de educação que temos, tem reflexos da educação que foi implementada por estudiosos como Anísio Teixeira, Francisco Campos e Laurêncio Filho dentre outros educadores que também influenciaram o ensino no país.

3.2 ACESSO E PERMANÊNCIA NO ENSINO SUPERIOR

A Constituição Federal de 1988 define em seu Artigo 26, inciso I, a igualdade de condições de acesso e permanência na escola; e no Artigo 208, parágrafo terceiro, define que a pessoa com deficiência tem direito de estudar, preferencialmente na rede regular de ensino, assim como a liberdade de aprender, de ensinar, de pesquisar e de divulgar o pensamento, assim como a pluralidade de ideias e das concepções pedagógicas. Assim, o primeiro passo de inclusão do aluno com deficiência na universidade, é através do vestibular ou o do Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM).

Na educação superior, a educação especial se efetiva por meio de ações que promovam o acesso, a permanência e a participação dos alunos. Estas ações envolvem o planejamento e a organização de recursos e serviços para a promoção da acessibilidade arquitetônica, nas comunicações, nos sistemas de informação, nos materiais didáticos e pedagógicos, que devem ser disponibilizados nos processos seletivos e no desenvolvimento de todas as atividades que envolvam o ensino, a pesquisa e a extensão. (BRASIL, 2008, p.17)

Diante deste contexto, ainda é necessário ultrapassar as barreiras de ordem física, estrutural organizacional e curricular, para que haja a inclusão e permanência do aluno com deficiência no ensino superior. A universidade tem um papel fundamental na defesa dos direitos da pessoa com deficiência, assegurando-lhe de qualquer preconceito e exclusão.

Todavia, as possibilidades para o ingresso na universidade sejam através do vestibular, seja através do (ENEM), não são fáceis, embora, tenham profissionais preparados para atender este público, este quadro ainda é consideravelmente, insuficiente como afirma Mazzonni (2003), para atender a demanda, que a cada dia aumenta no país, através de políticas afirmativas. Assim crescem o número de pessoas com deficiência que faz o vestibular ou o (ENEM) todos os anos. Segundo Freitas (2015, p. 51),

Assim, as estatísticas mostram que, a cada ano, mais estudantes com deficiência adentram as IES do país, mesmo que ainda em número reduzido diante do total de matrículas e da quantidade de pessoas com deficiência existentes. Os dados divulgados pelo INEP (2013) comprovam que no ano de 2013 0,39% das matrículas no ensino superior brasileiro foram efetuadas por estudantes com deficiência.

Sem dúvida, percebe-se, através de pesquisas já realizadas, que há um avanço significativo da pessoa com deficiência no ensino superior, todavia, nem todos conseguem concluir o curso de graduação, seja por abandono, ou por trabalho, ou por falta de infraestrutura e suporte adequado que as universidades, em sua grande maioria, não oferecem aos alunos, dessa forma, muitos se desestimulam e por isso, não conseguem terminar o curso.

Este percentual parece inexpressivo à primeira vista, mas pode não ser se considerar que há pouco mais de duas décadas o sucesso educacional de pessoas com deficiência se limitava à conclusão dos anos iniciais da educação básica (ANJOS, 2012).

Como afirma Mazzonni (2003). Os problemas enfrentados pela pessoa com deficiência nas universidades brasileiras são poucos conhecidos e pouco pesquisados. Conforme sugerido pela UNESCO, “a educação superior precisa assumir papel de liderança na renovação de todo o sistema educativo”. Com o propósito de garantir a socialização cultural do seu público.

Para Morthy (2003), as universidades passaram por inúmeras transformações ao longo do último milênio, elas foram reinventadas inúmeras vezes, viveu mudanças drásticas e passou por lento processo evolutivo, até chegar à complexidade de hoje.

Este foi o motivo principal que me levou a pesquisar sobre o tema, pois, é preciso que os Órgãos Públicos, juntos com reitores professores, alunos e todos os participantes de grupos de pesquisa e outras entidades envolvidas com a instituição pública de ensino, repensem na qualidade do ensino público que está sendo oferecido no país, numa perspectiva de garantir a permanência e a eficácia dos estudantes, através de programas suplementares e de material didático adequado às suas necessidades, além de garantir transporte, alimentação e assistência à saúde.

Como conceitua Mantoan (2005, p. 28) após a Lei nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996, capítulo V da educação especial art. 58, entende-se por educação especial, para os efeitos desta lei, a modalidade de educação escolar, oferecida preferencialmente na rede regular de ensino.

Diante deste contexto, surge a Convenção Interamericana Especializada sobre Direitos Humanos, criada em 22 de novembro de 1969, tem com objetivo a eliminação de todas as formas de discriminação contra as pessoas portadoras de

deficiência. No entanto, aqui no país, a forma de discriminação contra a pessoa com deficiência continua muito presente no dia a dia das pessoas e dentro das universidades.

Em função da Convenção Interamericana, as universidades devem então rever os seus estatutos e terem autonomia própria, disponibilizando mais recursos, para melhor adequar as necessidades de cada um, promovendo um ambiente propício às necessidades, visto que depois desta convenção que foi celebrada também, na Guatemala, em maio de 1999, como afirma Mantoan (2005), pouca coisa mudou, em relação às instituições superiores que oferecem atendimentos “especiais”, aqui no país, elas têm autonomia para reverter a situação e investir mais em sua infraestrutura. Além disso, pode contribuir no que se refere aos materiais pedagógicos, incluindo também formação de professores que atuam nesta área.

Isso faz com os direitos da pessoa com deficiência se faça valer no contexto educacional, no que lhe diz respeito a igualdade, independente de sua cor, condição social ou deficiência. É um direito da pessoa ser atendida de acordo suas especificidades e dentro do ambiente escolar, estas competências deixam de existir, ou seja, ainda não existiu em sua grande maioria.

Em função do que foi exposto neste capítulo, que se encerra, fica claro que as dificuldades de inclusão da pessoa com deficiência no Ensino Superior tem sido alvo de debates do ponto de vista democrático e pelo acesso e permanência destas. Suscitam, dessa forma, ações coerentes com os princípios e a ética voltados às políticas públicas e inclusivas presentes no contexto atual.

Na medida em que a inclusão implica em ensino adaptado às diferenças e necessidades individuais, a proposta de “democratizar as oportunidades” de acesso presente na atual política deve pautar também neste princípio inclusivo.

Dessa forma, as instituições de ensino superior precisam promover ações de acessibilidade e permanência para todos que nela ingressam. A universidade precisa se preparar para que a inclusão não se detenha apenas ao discurso, mas que se possam visualizar as práticas efetivas de inclusão, permanência e eficácia da pessoa com deficiência no ensino superior.

Sendo assim, o item que se aproxima, enfatiza as discussões obtidas na pesquisa bibliográfica, tendo como base para o processo de inclusão, acesso e permanência às pessoas com deficiência nas universidades públicas.

3.3 EFICÁCIA E EQUIDADE NO ENSINO SUPERIOR

Pesquisadores e estudiosos, como Brooke (2012) e Crahay (1994), definem a eficácia como “as estratégias adotadas pela equipe gestora que para avaliar a eficácia da instituição, ”. Segundo Brooke (2012), as avaliações são índices que fornecem informações para que as metas sejam estabelecidas e concretizam o desafio em alcançá-las. Ou seja, neste contexto, a eficácia surge a partir da necessidade de avaliar algo importante para uma população ou para uma comunidade.

Segundo Freitas (2015, p. 28), no Brasil, os estudos em eficácia escolar se efetivaram a partir do incentivo a grupos de pesquisa na área de avaliação educacional e eficácia escolar por indução do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisa-INEP. Neste contexto, é preciso considerar os elementos que propunham avaliação, assim como, a infraestrutura, os professores, os alunos o próprio ensino e os demais fatores que envolvem a parte interna e externa da instituição.

Diante desta avaliação, registrou-se no país uma crescente literatura no campo da pesquisa em eficácia escolar, e de “forma geral os trabalhos realizados no Brasil confirmam os resultados internacionais. A escola tem um papel claro no desempenho dos alunos.” (BROOKE; SOARES, 2008, p. 464).

A avaliação feita nas instituições superiores tem como objetivo analisar dados para reorganizar o ensino, apesar de poucas instituições divulgarem os seus resultados, eles servem de metas para a melhoria da educação.

Segundo Nunes (2015), é importante pontuar que a principal forma de avaliação do ensino superior atual não analisa os processos educacionais nem os dados socioeconômicos dos alunos, apenas os resultados desse processo. Contudo, vale ressaltar a importância da avaliação na instituição, pois serão através dos seus resultados que ela poderá vir a ter eficácia através de ações investigativas.

Ainda trazendo Nunes (2015), são poucos os estudos que discutem os fatores que, dentro de uma instituição de ensino superior, podem contribuir para o desempenho dos estudantes, como a introdução à pesquisa, o ensino e à docência. Neste contexto, demonstra-se um avanço na busca pela eficácia, já que por muito tempo se falou em melhorar a educação, mas não havia instrumentos suficientes para a busca destes resultados

Um bom gestor, que organiza, divulga esses avaliadores, contribui para identificação das falhas e traça um planejamento coletivo para cumpri-las. Dessa forma, ele usa as avaliações como um motivador e melhoria das aprendizagens. Conforme Freitas (2013, p. 28),

Essa e outras ações, como a implantação dos sistemas nacionais de avaliação, foram impulsionadas pela LDBEN (BRASIL, 1996), que estabelece como dever da União, coletar, analisar e disseminar informações sobre a educação que corroborem para a organização da educação nacional.

Agindo dessa forma, a instituição poderá transformar a concepção de vida comportamental da pessoa com deficiência e superar as expectativas, independentemente do ambiente em que ela pertença ou do ambiente social do qual ela veio. A equidade é um pilar na busca da justiça social, a qual “não pode ser indiferente às vidas que as pessoas podem viver de fato” (SEN, 2011, p. 48, apud FREITAS 2015, p. 34)

Desde meados da década de 1990, o Brasil vem conseguindo aumentar significativamente o acesso escolar em todos os níveis, e o foco passou a ser a melhoria da qualidade da educação oferecida aos alunos. Nesse contexto, as décadas de 1990 e 2000, foram marcadas pela implementação de sistemas nacionais de avaliação em larga escala, com o propósito de avaliar o desempenho acadêmico dos estudantes e a instituição escolar em todas as suas dimensões. (FONTES, 2015, p. 28).

Não dá para falar de eficácia sem falar de permanência, porque muitas são as realidades da pessoa com deficiência que chega à universidade e são deparadas com uma realidade diferente da sua, todavia, em algumas delas, não há planejamento político e nem pedagógico para assegurar esta pessoa em suas especificidades.

Segundo Brooke (2012) “ uma boa instituição, é aquela que faz um trabalho em todas as áreas da instituição, que vai desde o administrativo até o pedagógico, considerando o empenho de todos os envolvidos no processo.

Para Crahay (1994), “a problemática da eficácia evoluiu. Hoje, está-se abandonando a abordagem inicial, tecnicista e quantificadora, para confrontar as relações diferentes, opondo efeitos e características qualitativas”. Percebe-se que estão sendo desenvolvidos nas instituições de ensino superior conhecimentos científicos que contemplam a demanda do mercado de trabalho e os anseios de

cada um, além de alto afirmarem-se enquanto instituições transformadoras e disseminadoras do conhecimento.

Assim, diante do estudo com base em Crahay (1994), Brooke (2012) e Freitas (2015), entendo que o conceito de eficácia se constrói a partir do reconhecimento de ações afirmativas, visto que, de certa forma, contribui para a melhoria e eficácia da vida das pessoas com deficiência, que ingressam no ensino superior. Através de avaliações, é possível valorizar o potencial de cada um, reconstruindo a vida diante de perdas e discriminação que viveu a pessoa com deficiência ou qualquer pessoa em geral, compensando perdas e história de vida que alguém já viveu. Assim, ver-se, as discussões acerca das políticas afirmativas desenvolvidas por algumas universidades do país e o em suas práticas o que elas oferecem à pessoa com deficiência, ao ingressar no ensino superior.

3.4 O ENSINO SUPERIOR E AS PRÁTICAS EDUCATIVAS

As discussões propostas nas instituições de ensino superior são discussões de cunho social e cultural que favorecem à maior parte da população, porém, estes discursos, em sua grande maioria, permanecem dentro das salas de aulas, em espaços internos da universidade, pois, muito pouco tem feito para a melhoria da educação no país.

Todavia, é preciso resignificar as discussões e fazer valer o direito de estudar a todas às pessoas, independente de sua condição social e cultural e física.

Se por um lado, o processo educacional encontra limite e dificuldade na formação de professores para atender ao estudante com deficiência, por outro, o trabalho feito através da pesquisa-ação, pela pessoa com deficiência, possibilita a superação destes limites e corrobora para a transformação social.

No entanto, a pessoa com deficiência ao chegar à universidade, depara com uma realidade diferente da que ele esperava encontrar, pois a infraestrutura é inadequada às suas necessidades, além da falta de material apoio e pedagógico que lhe auxilia nas aprendizagens; pouquíssimos são as mobilizações feitas pelos reitores ou por organizadores de movimentos sociais para que esta realidade mude e que o cidadão tenha no mínimo, dignidade de estudar em um espaço público, que se diz inclusivo e destinado a todos.

Neste contexto, é preciso fomentar as ações pedagógicas através de projetos que atendam as necessidades de cada um para melhor entender a compreensão dos processos de ensino e de aprendizagem voltados para a pessoa com deficiência e no ensino superior.

Os espaços públicos devem ser adequados, com profissionais especializados para atender as necessidades das pessoas, para que estes sintam-se, de fato, inseridos nas políticas de governo. Representantes de governos não podem afirmar em seus discursos e em redes de comunicação, que os investimentos para a pessoa com deficiência estão sendo realizados, porém, esta é uma prática comum a eles. O que a comunidade interessada pode fazer é acompanhar, principalmente os familiares e os professores das instituições públicas, como estes investimentos estão sendo organizados.

Vale ressaltar que em várias Universidades do país existem projetos de pesquisa-ação, voltados para desenvolver habilidades cognitivas e intelectuais da pessoa com deficiência, embora não se tenha um dado específico sobre estes trabalhos, alguns deles são comentados como iniciativas que dão dando certo. Como explica o professor Galvão (2011, p. 128),

No trabalho que desenvolvo juntamente com um grupo de professores, no laboratório de informática com os alunos com paralisia cerebral e outras deficiências motoras, sensoriais e intelectuais, tem sido possível detectar na quase totalidade dos alunos que nos procura, um acentuado atraso em seu processo de desenvolvimento cognitivo. No decorrer do trabalho, na medida em que vamos conhecendo melhor cada aluno, temos percebido ao longo dos últimos 15 anos, como os atrasos, são mais do que causados pela deficiência propriamente dita, são conseqüências ou da pouca intensidade ou da má qualidade das interações vividas pelos alunos ao longo de suas vidas.

Assim, o contexto atual da educação no país, vai se revelando e as famílias, em sua grande maioria, não têm preparo emocional, intelectual, econômico e social para desenvolver um trabalho voltado para o desenvolvimento intelectual dos seus filhos. O governo não investe o necessário em políticas de ações afirmativas que beneficie estas pessoas. E dessa forma, traça-se o perfil da educação especial do país. Como alerta Bonilla (2005, p. 69),

Presas a ritos e padrões, a escola se fechou para as transformações sociais que ocorrem no contexto onde está inserida, de forma que hoje se observa uma distância muito grande entre o mundo da escola e o mundo fora dela, seja este mundo do trabalho, seja o do lazer.

Mediante os ritos sociais e culturais que a educação acaba se fechando cada vez mais a um sistema de transformações sociais e educacionais, ainda não houve um comprometimento efetivo do Estado, em relação ao atendimento à pessoa com deficiência. Todavia, este atendimento ficou por conta das instituições. Essa realidade está muito longe de cumprir como determinam as Leis. Caso isso venha acontecer, tem-se uma educação para a independência, com autonomia de pensar no que é humano e na formação do ser, enquanto construtor de seus próprios conhecimentos. A escola não pode distanciar nem do trabalho, nem do mundo, muito menos do lazer, é preciso trabalhar em parceria, para superar as perceptivas sociais, culturais e intelectuais.

Há alguns tempos acompanho as discussões sobre o ingresso da pessoa com deficiência no ensino superior. E alguns questionamentos foram surgindo, como por exemplo: a pessoa com deficiência tem acesso à universidade? Como deve ser aplicado o vestibular para esta pessoa? Para a aplicação dos exames: vestibular ou ENEM há um atendimento legal que ampara às necessidades da pessoa com deficiência? Há garantia de permanência e eficácia desta pessoa durante o curso? A implementação de cotas tem favorecido a inclusão deste estudante nas universidades? Como estes alunos são identificados no ensino superior? De que forma acontece o ingresso destes, nas universidades? E assim, vão surgindo outros questionamentos acerca do ingresso deste público ao ensino superior.

Segundo Mazzoni (2003), os problemas enfrentados pelas pessoas com deficiência nas universidades brasileiras são pouco conhecidos e pesquisados.

Mesmo com a oferta de vagas disponíveis pelo MEC através de políticas afirmativas, a fim de promover a equidade no ensino superior, isso não tem sido suficiente para oferecer um ensino de qualidade para todos. Como destaca Mazzoni, Torres e Andrade (1999, p.11),

O acesso à universidade para as pessoas portadoras de deficiências compreende duas etapas bem distintas: a primeira corresponde ao curso vestibular, e superado esta barreira, a segunda é a permanência do aluno na instituição em condição de estudo justa. A segunda é a mais difícil e os alunos necessitam de uma política institucional de acompanhamento que permita identificar suas necessidades educativas e preparar os professores para que possam atendê-los.

Muitas são as indagações sobre a aplicação do vestibular à pessoa com deficiência que quer alcançar o ensino superior. Não pode deixar de ressaltar, que

apesar dessas iniciativas, há uma grande dificuldade de acesso às tecnologias assistivas e outros recursos que facilitam a permanência desta pessoa nas universidades.

Alguns programas de ações afirmativas apoiados pelo MEC , especificamente o “Programa Incluir”, que fortalece essas iniciativas e estimula a implantação de novos núcleos, como podem observar, através de seu edital de Nº 3, de 26 de abril de 2007. O Programa tem como objetivo apoiar as propostas de criação ou reestruturação de Núcleo de Acessibilidade, na Instituição em que estes núcleos vão atuar. Dessa forma, visa também, a acessibilidade da pessoa com deficiência, em todos os espaços, incluindo os recursos pedagógicos e como deverão ser os programas desenvolvidos na Instituição. Assim, o programa integra e articula as demais atividades que serão desenvolvidas, a fim de promover a inclusão da pessoa com deficiência oportunizando-lhe a pesquisa científica.

As inquietações das universidades em adequar suas estruturas para atender as pessoas com deficiência, nem sempre garante apoio aos estudantes com deficiência, embora, essas discussões estejam presentes em nosso dia a dia, elas possibilitam a inclusão a essa parcela da população.

Veja a seguir, o panorama de algumas Universidades Públicas no Brasil e suas ações voltadas à pessoa com deficiência. Segundo Pereira (2008, p. 93 a - 95),

O Programa USP Legal é formado por uma comissão permanente para assuntos de pessoas portadoras de deficiência vinculada à coordenação executiva de Cooperação Universitária e de Atividades Especiais (CECAE), da universidade de São Paulo. Criada no dia 1º de outubro de 2001, através da portaria GR 3.304 e idealizado pela professora Lígia Assumpção do Instituto de Psicologia.

A Coordenadoria Executiva de Cooperação Universitária e de Atividades Especiais - CECAE foi criada em 1988 para ser um órgão de apoio às unidades no tocante aos cursos e serviços de extensão universitária. Inicialmente, a CECAE era formada por um grupo de trabalho que tinha a missão de organizar informações sobre as atividades da Universidade e estabelecer laços com a comunidade externa.

O primeiro trabalho foi o catálogo USP Serviços. Nele foram reunidos os serviços de extensão prestados pela Universidade de São Paulo (USP), desde atendimento médico especializado em várias unidades da capital e do interior, até assessorias para empresas nas mais variadas áreas de atuação. A partir daí a CECAE se organizou em programas como Universidade/Comunidade,

Universidade/Empresa e Universidade/Universidade. Segundo a coordenadora do NAPNE, Prof^a, Dra. Maria de Fátima Minetto, (2015, p. 01)

Na universidade do Federal do Paraná, encontramos o Núcleo de Apoio às Pessoas com Necessidades Especiais (NAPNE), que tem como objetivo manter um espaço para discussão e implementação de estratégias que garantam o ingresso, acesso e permanência de pessoas com necessidades especiais, nos cursos de graduação e nos cursos profissionalizantes da UFPR; realizar levantamento das áreas com problemas de acessibilidade e estudos das possíveis adaptações, no âmbito da UFPR.

Objetivos do NAPNE são:

- Oferecer apoio didático-pedagógico aos alunos com necessidades educacionais específicas, articulação dos diversos setores da Universidade federal do Paraná (UFPR) para que ações ligadas à inclusão e acessibilidade sejam realizadas.
- Promoção de reflexões e debates sobre inclusão com vistas à engajar a comunidade acadêmica em práticas inclusivas. Incentivo ao desenvolvimento de projetos que estimulem e promovam inclusão, acessibilidade e tecnologias assistivas, bem como auxílio na concretização desses.
- Incentivo à construção e à adaptação de ambientes propícios para atendimento específico para Pessoas com Necessidades Educacionais Específicas.
- Estímulo ao compromisso ético com o respeito à diversidade, à singularidade e à inclusão.
- Elaboração de oficinas, mini-cursos e seminários relacionados com inclusão, acessibilidade e/ou tecnologias assistivas de caráter político e ético.

Na Universidade Estadual de Londrina, existe o Programa de Acompanhamento a Estudantes com Necessidade Educativa Especial (PROENE), de graduação e pós-graduação. Criado em 1991 como Comissão Permanente de Acompanhamento de Estudantes com Deficiência, passando a denominar-se Programa de Acompanhamento a Estudantes com Necessidades Educacionais Especiais (PROENE) e em 2009, consolida suas ações na área de acessibilidade

sendo reestruturado enquanto Núcleo de Acessibilidade da Universidade Estadual de Londrina (UEL).

Vinculado à Pró-Reitoria de Graduação, oferece apoio educacional especializado aos estudantes com deficiência, transtornos globais de desenvolvimento e altas habilidades, distúrbios de aprendizagem ou que estejam em tratamento de saúde, matriculados nos cursos de graduação e pós-graduação da UEL, por meio de Cursos específicos, orientação aos docentes envolvidos, bem como o desenvolvimento de trabalhos na área de Educação Especial na perspectiva inclusiva junto à comunidade universitária.

Na UNB, existe o Programa de Apoio aos Portadores de Necessidades Especiais (PPNE), desde 1999, com nove grupos de trabalhos multidisciplinares, voltados às questões de inclusão e tem como objetivo mediar o relacionamento entre o professor, o funcionário e o aluno com deficiência.

O Programa de Apoio às Pessoas com Necessidades Especiais (PPNE) foi criado em 1999, vinculado à Vice-Reitoria, após diversas discussões sobre o ingresso e as condições de permanência e diplomação dos estudantes com necessidades especiais na Universidade de Brasília. A implantação do Programa foi orientada pelo marco legal da Constituição Federal, a Política Nacional de Integração da Pessoa Portadora de Deficiência, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação, e demais legislações, com o objetivo de proporcionar condições de acesso e permanência desses estudantes no ensino superior.

O PPNE tem o objetivo de estabelecer uma política permanente de atenção às pessoas com necessidades especiais na UnB e assegurar sua inclusão na vida acadêmica, por meio da garantia de igualdade de oportunidades e condições adequadas para o seu desenvolvimento na universidade.

Além de tantas outras Universidades espalhadas no país todo, existem outras, envolvidas com a questão da permanência e da eficácia do estudante com deficiência no ensino superior.

É inegável a colaboração e os investimentos que as universidades têm esforçado para oferecer o mínimo de conforto ao estudante com deficiência, porém, estas ações afirmativas fazem parte das políticas adotadas pelo MEC, ficando a cargo das instituições investirem de forma significativa para propor o mínimo de conforto e segurança aos seus estudantes.

O que mais se tem discutido nos dias atuais é a questão da inclusão e da acessibilidade para todos. Sejam em espaços públicos ou não, ele está sempre

presente, no entanto, é preciso repensar na história e rever os avanços que a educação especial já teve e atuar com eficiência nos mais distintos espaços, sejam educacionais, religiosos, políticos e outros. É necessário investimentos em políticas de afirmação para que a educação tenha o intuito de melhorar a vida das pessoas, pois, juntos, construiremos o progresso do país. Dando oportunidades iguais a todos os cidadãos, fazendo com que eles se sintam parte integrante da história do país e não só meramente construtores e um conhecimento altamente individualista e preconceituoso, visto nos dias atuais.

É preciso que todas as pessoas do país tenham direitos e possibilidades de estudar igualmente. Se por um lado, só através da educação é possível transformar a vida das pessoas para melhor, por outro, é importante que estas transformações aconteçam para que as pessoas sintam-se incluídas tendo acesso, permanência e eficácia na educação, para que haja mudança na vida das pessoas e na sociedade de forma em geral.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao concluir este trabalho, procuro resgatar, de forma bem fundamentada, o contexto sócio-histórico em que vive o estudante com deficiência no país, que foi desenvolvido ao longo do primeiro capítulo. É possível destacar os avanços que as universidades tiveram ao longo dos anos, perpassando pelo início do desenvolvimento da educação especial no Brasil, desde o século XIX, até os dias atuais. O objetivo principal deste trabalho foi compreender o que acontece nas instituições de ensino superior, que favoreça a inclusão permanência e eficácia da pessoa com deficiência, ao ingressar na universidade.

O objeto de pesquisa relaciona-se com a permanência e a eficácia dos estudantes com deficiência nos cursos de graduação no ensino superior.

A escolha pelo tema da monografia se deu pela experiência profissional vivenciada durante anos em sala de aula. Vários questionamentos foram surgindo e, ao longo do tempo estas e outras inquietações subsidiaram para a afirmação da pesquisa e aproximação com o tema.

Este trabalho tentou trazer pontos essenciais para as discussões e que envolvem políticas afirmativas e de inclusão que permeiam a educação especial, articulando o sistema de ensino às universidades espalhadas por todos os cantos do país. Nessa intenção, o trabalho perpassou as políticas de intervenção voltadas para a permanência e a eficácia do estudante com deficiência no ensino superior, como uma tentativa de superação às práticas de exclusão. As Universidades têm autonomia para investir mais em sua infraestrutura, pista táctil, corrimões, rampas, sinalização, material didático específico e recursos suficientes para atender as necessidades do estudante com deficiência, independente da perda ou da anormalidade de uma estrutura ou de uma função: seja relativa a toda alteração do corpo ou da aparência física, ou de um órgão ou da sua função, ou seja, qualquer que seja a causa.

A partir das referências aqui encontradas, é possível afirmar que, no contexto socioeconômico e cultural em que vive a Universidade Pública, é possível desenvolver estratégias adequadas e específicas que podem ser melhorados através de investimentos em políticas públicas, capacitando os profissionais para atuarem em áreas específicas. Além de perceber os trabalhos desenvolvidos por muitas Universidades, espalhada pelo Brasil percebe-se e que estas Universidades

desenvolvem trabalhos voltados para a pessoa com deficiência, que sirvam de exemplo e cumpram de fato o que determinam as Leis. Há um grande avanço com os projetos de pesquisa-ação desenvolvidos por alguns professores em muitas universidades, que veem nos projetos de pesquisa ou de extensão, uma forma em aproximar a realidade do acadêmico com a realidade dos conhecimentos científicos, possibilitando-lhes outras aprendizagens.

Contudo, pode-se compreender ainda que o Programa Incluir, 2013, acessibilidade na educação superior, corroborou para a fomentação a criação e a consolidação de núcleos de acessibilidade nas universidades federais. Outra importante contribuição desse programa foi responder pela organização de ações institucionais que garantam a inclusão de pessoas com deficiência à vida acadêmica, eliminando barreiras pedagógicas, promovendo o cumprimento dos requisitos legais de acessibilidade.

Assim, acredita-se que os objetivos deste trabalho foram alcançados visto que se conseguiu analisar as estratégias adotadas para o ingresso e permanência da pessoa com deficiência matriculada em cursos de graduação abordando os seus aspectos conceituais, históricos e sociais, considerando o percurso formativo dessa pessoa, intercalando ainda com as definições do que vem a ser deficiência.

Cumpriu-se, também, com o segundo objetivo, para que se identificassem as estratégias adotadas pelas universidades públicas a fim de assegurar a pessoa com deficiência no ensino superior, considerando o conceito de permanência, eficácia e equidade, abordando-se aspectos relevantes como a importância da estrutura física e arquitetônica nas universidades; as legislações que garantem o direito da pessoa com deficiência no ensino superior; bem como assegurar o ingresso permanência e eficácia nos cursos de graduação,

Ressalta-se de modo a somar e comparar com a bibliografia levantada para embasar a pesquisa, pois possibilitou constatar através da teoria, relacionar as possibilidades formativas e discutidas no capítulo três: o ensino superior e o estudante com deficiência física abordou-se sobre a política de afirmação destinada a este público e as ações desenvolvidas por algumas universidades.

Contudo, acredita-se que esta pesquisa não deva se restringir apenas a um trabalho para conclusão de curso, mas também para o aprofundamento de questões que foram observadas durante a construção do mesmo, num outro momento.

Por fim, a partir destas e outras questões, é importante ressaltar que um dos aspectos desafiadores, é tornar o espaço da universidade, em um espaço público, gratuito e de qualidade, propondo a todos, a permanência e a eficácia.

Assim, será possível manter a igualdade entre o universo acadêmico e o convívio social e intelectual, todavia, se continuarem com a disparidade, em ofertar o ensino superior público e gratuito do jeito que aí está, será inviável falar em educação de qualidade, num país que se diz “democrático”.

Neste aspecto, considero a formação docente de muita relevância como medida para enfrentar um dos desafios universitários. São os conjuntos de ações que possibilitam a lidar com as desigualdades sociais, culturais e econômicas. Principalmente em uma sociedade, como a nossa, altamente discriminatória e sem estrutura arquitetônica adequada à pessoa com deficiência. É preciso rever os conceitos e repensar no processo de formação, caráter e identidade profissional e intelectual.

Finalmente, nota-se que o caminho para a inclusão da pessoa com deficiência no ensino superior evoluiu bastante, porque que, em algumas propostas educacionais este problema está sendo discutido. Afinal, o Brasil tem hoje 23,9% de brasileiros declarados com alguma deficiência, segundo IBGE/2010. Acredito que o movimento em função de um ensino de qualidade e gratuito, tem sido prioridade nas discussões de grupos, movimentos sociais e políticos, todos, em prol de uma educação pública de qualidade e para todos.

5 REFERÊNCIAS

ARAÚJO FREIRE, Ana Maria. Paulo Freire. **Analfabetismo no Brasil**. São Paulo: Cortez Ed, 1989. 236 p.

ALVES, D. de O. ET. AL. **Sala de recursos multifuncionais**: espaços para atendimento educacional especializado. Brasília, DF: MEC/SESP, 2006. Disponível em <<http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/me002991.pdf>. Acesso em: 17 jul. 2015.

AMARAL, Lígia Assumpção. **Diferenças e preconceitos na escola**: Alternativas teóricas e práticas. Summus, São Paulo, 1998.

BARROS, A: J. S, e LEHFELD, N. A, S. Fundamentos de Metodologia: Um guia para a iniciação científica. 2ª Ed. São Paulo: Makron Books, 2000.

BONILLA, H. S. **Escola aprendente**: para além da sociedade da informação. Rio de Janeiro: Quartet, 2005.

_____. **Decreto n° 3.956, de 08 de outubro de 2001**. Promulga a Convenção Integrada para a eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Pessoas Portadoras de Deficiência. Brasília, DB. Disponível em WWW.faders.rs.gov.br/ Acesso em 17 de julho de 2015.

_____. MEC. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**, LDB 9.394 de 20 de dezembro de 1996. BRASIL. MEC. Lei n°. 10.172, de 09 de janeiro de 2001. Aprova o Plano Nacional de Educação e dá outras providências.

_____. **Constituição da República Federativa do Brasil**, (1988) Brasília: Senado Federal, 1988.

_____, Ministério da Educação. **Plano Nacional de Educação**. (Lei n° 10.172/01). Diário Oficial da União, 2001.

_____, Ministério da Educação. **Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica**. Secretaria de Educação Especial. Brasília: MEC/SEESP, 2001.

_____, Ministério da Educação. **Secretaria de Educação Especial. Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS** (Lei n°. 10.436/02). Diário Oficial da União, 2002.

_____. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros Curriculares Nacionais: Educação Física**. Brasília: MEC/SEF, 1997.

_____, República Federativa do Brasil. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. (Lei n°. 9394/96). Brasília: Diário Oficial da União, 1996.

_____, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo 2000**. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2000>. Acesso em: 22.11.2015. .

_____, Instituto Nacional de Estudos e Pesquisa. **Censo escolar, 2004**. Disponível em www.portalmec.com.br. Acesso em 02.11.2015

_____, Secretaria de Educação, p. Superior. Edital nº 8. **Programa Incluir**. N. 126, - seção 3, p.30-31, 4 de julho de 2006. Disponível em <http://portal.mec.gov.br/programa-incluir>. Acesso em: 10.11.2015.

BROOKE, N; F. J. **Pesquisa em eficácia escolar**: Origem e Trajetórias, Publicado em GESTÃO ESCOLAR, Edição 011, Dezembro 2010/Janeiro 2011. Título original: Em busca de um melhor desempenho.

CRAHAY, M., M. **A eficácia das escolas não se mede**: ela se constrói, negocia-se, pratica-se e se vive. Tradução de Luciano Lopreto. 1ª Ed. São Paulo: Sistema de Avaliação Educacional, 1998.

CUNHA, Luiz Antonio A. **A universidade temporã**: o ensino superior na era Vargas. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1980.

DECLARAÇÃO DE SALAMANCA. **Sobre Princípios, Políticas e Práticas na Área das Necessidades Educativas Especiais**. Espanha, 1994.

GHIRALDELLI, J. **Filosofia com política cultural**. São Paulo. Martins Fontes: Ano I. Número 3, 2009. www.gtpragmatismo.com.br. Acesso em 30.10.2015.

FÁVERO, Maria de Lourdes de A. **Universidade do Brasil**: das origens à construção. Rio de Janeiro: Editora UFRJ//INEP, 2000.

FREITAS, M. A. G. **Equidade e eficácia no ensino superior**: o ingresso, permanência e desempenho acadêmico dos estudantes com deficiência. 2015. 137 f. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Educação, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2015.

GALVÃO, FILHO, Teófilo Alves. **As tecnologias assistivas na mediação dos processos educacionais inclusivos**. Salvador: EDUFBA, 2011, p. 97

GODOY, Hermínia Prado. **Inclusão dos alunos portadores de deficiência no Ensino Regular Paulista**: recomendações, internações e normas e ofícios. São Paulo: Marckenzie, 2002.

GOTTI, Marlene de Oliveira. ET. AL. (Org. e Coord.) **Direito à Educação**: subsídios para a gestão dos sistemas educacionais gerais e marcos legais. Brasília: MEC/SEESP. 2004

GHIRALDELLI, J. **Filosofia com política cultural**. São Paulo. Martins Fontes: Ano I. Número 3, 2009. www.gtpragmatismo.com.br. Acesso em 30.10.2015.

JANNUZZI, G. **A luta pela educação do deficiente mental no Brasil**. Campinas, São Paulo: Editores Associados, 1992.

_____. **A Educação do Deficiente no Brasil**: dos primórdios ao início do século XXI. Campinas, SP: Autores Associados, 2004.

LANNA, Júnior, Mário Cleber Martins (comp.). **História do Movimento Político das Pessoas com Deficiência no Brasil**.-Brasília: Secretaria de Direitos Humanos. Secretaria Nacional de promoção dos Direitos da Pessoa com Deficiência, 2010/2011.443p.

MANTOAN, Maria Tereza Eglér. **Inclusão escolar: O que é Por quê? Como fazer?** 2ª Ed. São Paulo. Moderna, 2006, p. 25 e 28.

MATOSO, Kátia, M de Queiros. **Bahia século XIX: uma província no império**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1992.

MAZZONI, Alberto Angel; TORRES, Elizabeth Fátima; COELHO, Valkiria Sampaio; **Análise da participação e candidatos portadores de deficiência nos vestibulares na Universidade Estadual de Londrina**. In Marquezine, Maria Cristina; ALMEIDA, Maria Amélia; TANAKA, Eliza Dieko Oshiro; (org.) perspectivas multidisciplinares em Educação Especial. Londrina: UEL, 2001, p. 627-630.

MAZZOTTA, M. J. S. **Educação Especial no Brasil: História e Políticas Públicas**. São Paulo, Cortez: 1996.

MENDES, E. G. **Deficiente mental: A construção científica de um conceito e a realidade educacional**. Tese de Doutorado. Curso de Pós-Graduação em psicologia Experimental. Universidade de São Paulo. 1995.

MIRANDA, G. T. **Educação especial em contexto inclusivo**. In: FILHO, G. A. F (Org.). O atendimento educacional especializado (AEE) em sala de recursos 2: Desafios entre as políticas e as práticas: Salvador: EDUFBA, 2011, p. 97.

MORTHY, Lauro. **Universidade em questão**. In: (Org.). Universidade em questão. Brasília UNB, 2003, p.15-31

NEVES, Tânia, Regina Levada; MENDES, Enicéia Gonçalves. **Conselho de Direito da Pessoa com Deficiência: a hora do voto e da vez da pessoa com deficiência**. In: MARQUEZINE, Maria Cristina; ALMEIDA, Maria Amélia; TANAKARA, ELIZA Dieko Oshiro (org). Perspectiva Multidisciplinar em educação Especial. Londrina: UEL, 2001, p.35-41.

NUNES, Fábio Costa. **O papel da pesquisa na produção da eficácia e da equidade no ensino superior**. UFBA, 2015.

ONU, ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. Resolução 37/52 de 3.12.1982: **Programa de Ação Mundial para as Pessoas Deficientes**. Disponível em: <http://www.cedipod.org.br/w6pam.htm>. Acesso em: 20.10.2015.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE. **Classificação Internacional de Funcionalidade, Incapacidade e Saúde**. 2001 Disponíveis em < <http://hygeia.fsp.u> Acesso em 10.10.2015.

PEREIRA, Mourão Marilu. **Inclusão e Universidade: Análises de trajetórias Acadêmicas na Universidade Estadual do Rio Grande do Sul**. 2007. 201 f. Dissertação (Mestrado em Educação) UFRGS.

PEREIRA, R.C. **Surdez**: aquisição de linguagem e inclusão social. Rio de Janeiro: Revinter, 2008.

PIMENTEL, C. S. **Educação especial em contexto inclusivo**. In: FILHO, G. A. F (Org.). O atendimento educacional especializado (AEE) em sala de recursos 2: Desafios entre as políticas e as práticas: Salvador: EDUFBA, 2011, p. 199.

RIBEIRO, Maria Luisa Santos. **História da educação brasileira**: a organização escolar. 15. ed. Campinas: Autores Associados, 1998.

TIGRINHO, Luiz Maurício Valente Tigrinhos. **Evasão escolar nas instituições de ensino superior**. Acesso em <http://www2.cartaconsulta.com.br/espacodocoordenador/evasao-escolar-nas-instituicoes-de-ensino-superior/>. Acesso em 30.08.2015.

TORRES, R.M. **Melhorar a qualidade de educação básica? As estratégias do Banco Mundial**. São Paulo: Cortez. 1996.

UNESCO. **Términos de Referencia para Estudios Nacionales sobre Deserción y Repitencia en la Educación Superior en América Latina y el Caribe**. 2004. <http://www.abres.org.br/v01/stats/>. Acesso em 06.11.2015.



UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA
FACULDADE DE EDUCAÇÃO
CURSO DE GRADUAÇÃO EM PEDAGOGIA

LILI SILVA E SILVA

PERMANÊNCIA E EFICÁCIA DOS ALUNOS
COM DEFICIÊNCIA NO ENSINO SUPERIOR DO INSTITUTO FEDERAL DE
EDUCAÇÃO CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA BAHIA

Salvador
2014

LILI SILVA E SILVA

**PERMANÊNCIA E EFICÁCIA DOS ALUNOS
COM DEFICIÊNCIA NO ENSINO SUPERIOR DO INSTITUTO FEDERAL DE
EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA BAHIA**

Projeto apresentado ao Curso de Graduação em Pedagogia, Faculdade de Educação (FACED), Universidade Federal da Bahia-UFBA, como requisito parcial para avaliação do componente curricular EDCB92 Projeto de Trabalho de Conclusão de Curso - TCC, ministrado pelo prof.º Dr. Robinson Moreira Tenório e a Doutoranda Samantha Almeida.

**Salvador
2014**

01. INTRODUÇÃO

Diante do contexto sócio-educacional em que vive o país, faz-se necessário, reconhecer a importância da Educação Especial na sociedade contemporânea, principalmente, em vista às discussões sobre inclusão intensificadas a partir da década de 1990 que tiveram reflexos aqui no Brasil, sobretudo, nos textos da Lei de Diretrizes e Base da Educação Nacional - LDBEN de 1969, que em seu capítulo V trata da Educação Especial, protegendo a inclusão dos alunos com deficiência em salas regulares.

Em função disso, esta modalidade de ensino teve uma atenção mais especial, mobilizando-se outras ações educacionais respeitando-se as pessoas com necessidades especiais, matriculadas no Ensino Superior.

No Brasil, a Legislação Brasileira - LDBEN, o Conselho Nacional de Educação-CNE/CEB, Estatuto da Pessoa com Deficiência e a Declaração de Salamanca, fazem parte da tendência pedagógica que vem consolidando a educação inclusiva, esta última, considerada mundialmente um dos mais importantes marcos da educação de pessoas com necessidades especiais, juntamente com a Declaração Mundial sobre Educação para Todos (1990).

Estes são considerados documentos legais que asseguram as instituições de Ensino Superior a desenvolverem práticas pedagógicas de aprendizagens permanentes e eficazes a fim de favorecer a aprendizagem de alunos deficientes, além de assegurá-los, em turmas regulares.

Documentos estes têm como objetivos qualificar e adequar o currículo institucional, à valorização da igualdade, do respeito e as diferenças oferecendo oportunidades de aprendizagens comuns a todos.

Um dos fatores que norteiam a Política de Inclusão nas Instituições de Ensino Superior, é que os alunos tenham acesso aos espaços externos e internos de aprendizagens pedagógicas, que vai desde a estrutura arquitetônica dos prédios até o currículo da base comum.

Garantir a educação de qualidade para todos, significa redimensionar o ensino e a cultura de uma geração, não somente na aceitação, mas, na valorização das diferentes aprendizagens e das diferentes formas de adquirir conhecimento, segundo Carvalho, “examinar e garantir a inclusão no espaço escolar é tarefa muito

complexa [...], pois a escola é o reflexo do contexto social, econômico e político que também precisa ser inclusivo”, (2000, p. 186 (Apud Pimentel, 2011, p. 1999)

Nas últimas décadas os discursos sobre os direitos da pessoa com deficiência e a sua permanência no espaço escolar estão sendo discutidas nas mais diversas áreas do conhecimento, como as áreas das Ciências Sociais e das Ciências da Humanidade. Esta prática favorece ao desempenho e inclusão de pessoas com deficiência no ensino superior, a fim de garantir a permanência da pessoa com deficiência nos espaços sociais e dessa forma, permite a integração com os demais alunos

A proposta desta pesquisa será conhecer as estratégias pedagógicas adotada pelo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Bahia, localizada na cidade de Salvador, para que o aluno encontre estímulo e eficácia no ensino superior. Segundo a Lei de Diretrizes e Base para a Educação Nacional -LDBEN/96.

No artigo 59 diz que, “os sistemas de ensino assegurarão aos educandos com necessidades especiais, os currículos, os métodos, as técnicas, os recursos educativos e a organização específica, para atender às suas necessidades”. No entanto, cabem às instituições, públicas ou privadas assegurarem destes direitos e garantir a permanência e a eficácia dos alunos com deficiência matriculados no ensino superior.

1.1. BREVE SÍNTESE SOBRE EFICÁCIA

Pesquisadores e estudiosos, como Brooke (2012) e Crahay (1994), definem a eficácia como “algumas estratégias que a equipe gestora pode utilizar para monitorar a eficácia na instituição, seja através da auto-avaliação, ou da avaliação institucional”. Ou seja, a equipe gestora se mobiliza para olhar criticamente seu ambiente humano, físico e pedagógico, fazendo uma revisão de seus princípios e metas, tendo como finalidade estabelecer novas ações de projetos que visa atender as necessidades de cada um.

Segundo BROOKE (2012) “ uma boa instituição, é aquela em que há um trabalho bem feito em todas as áreas da escola, desde o administrativo ao pedagógico, considerando o empenho dos professores, as possibilidade de acesso

e ampliação cultural que o espaço escolar oferece”. Agindo dessa forma, a escola pode transformar a vida de uma pessoa, por mais desfavorável que seja o ambiente em que ela foi criada.

Para Crahay, “A problemática da eficácia evoluiu. Hoje, está-se abandonando a abordagem inicial, tecnicista e quantificadora, para se colocar em relação diferentes efeitos e características qualitativas, como o clima da escola, sua cultura ou sua ética.

Percebe-se que se faz necessário rever as ações e projetos desenvolvidos na escola, para que o ensino e aprendizagem estejam ao alcance de todos.

1.2. BREVE SÍNTESE SOBRE PERMANÊNCIA

No artigo 206 da LDBEN, (1996), encontram-se relacionados os princípios que orientam o ensino, entre os quais: “igualdades de condições de acesso e permanência na escola; liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar o pensamento, [...] a pluralidade de idéias e de concepções pedagógicas.

Se a escola não propõe ao aluno condições eficaz de permanência, este não terá estímulos para desenvolver habilidades de aprendizagens nem tão pouco, motivação para obter melhores resultados acadêmicos. É preciso que os gestores repensem na gratuidade no ensino público numa perspectiva de garantir o ensino de qualidade e permanência, como atendimento ao aluno, através de programas suplementares de material didático adequada às suas necessidades, além de garantir transporte, alimentação e assistência à saúde, principalmente dos alunos com deficiência e aquele que mais necessitam.

02.OBJETIVOS

O presente projeto tem como objetivo geral, analisar as estratégias adotadas para a permanência e eficácia dos alunos com deficiência, matriculados nos cursos de graduação dos turno diurno e noturno no Ensino Superior do Instituto de Educação, Ciência e Tecnologia da Bahia-Campus I Salvador-BA.

Para alcançar a resposta ao problema da pesquisa, este trabalho tem como objetivos específicos:

- d. Conhecer o perfil dos alunos com deficiência, participantes da pesquisa.
- e. Identificar o que o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Bahia oferece à formação **dos alunos**, para que estes tenham **estímulos** e **concluam** os estudos nos cursos do ensino superior.
- f. Identificar e analisar de que forma os instrumentos de aprendizagem pedagógica e acessibilidade estão sendo utilizados, pelos professores, para que os alunos **desenvolvam habilidades** de acordo com suas necessidades e limitações.
- g. Perceber fatores que favorecem ou não para as dificuldades dos alunos deficientes, permanecerem nos cursos de ensino superior.
- h. Conhecer as percepções dos professores, gestores e alunos deficientes sobre o conceito de eficácia no ensino superior.

03. JUSTIFICATIVA

Considerando a complexidade do ato de permanência e eficácia no ensino superior, e reconhecendo a sua importância para o desenvolvimento do ensino e aprendizagem do aluno com deficiência, ressalto que esta deve se proceder como um contínuo acompanhamento, contemplando a dinamicidade da ação-reflexão-ação, julgo pertinente a investigação desta temática, porque possibilitará uma extensa discussão acerca da permanência e eficácia no ensino superior, não se restringindo apenas aos alunos deficientes, mas levando em consideração todo o contexto educacional.

O meu interesse por este tema se deu há alguns anos, por atuar na educação como educadora e coordenadora do Ensino Fundamental e Médio, sempre tive contatos com alunos deficientes nas salas de aula, dessa forma, foram surgindo indagações sobre quais as possibilidades que contribuirei para que estes alunos desenvolvessem habilidades de aprendizagens, objetivando sua

permanência e eficácia no espaço educacional, já que no final do ano o número de evadidos era muito preocupante para a instituição.

Além disso, no 6º semestre do curso de Licenciatura em Pedagogia, desenvolvi uma pesquisa de campo em que o tema abordava a permanência e a eficácia das pessoas deficientes no ensino superior do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Bahia Campus I - Salvador. A partir desta pesquisa, produzi e apresentei um relatório, à professora do curso e responsável pela disciplina Educação Especial da Universidade Federal da Bahia-UFBA, contendo minhas experiências a cerca do assunto pesquisado.

O motivo em escolher o Instituto de Educação Ciência e Tecnologia da Bahia, por ser ex aluna da instituição, sempre quis fazer algo que contribuísse com a comunidade escolar. Acredito que a partir dos dados obtidos, os resultados terão significância para a instituição, contribuindo também, para pesquisadores, professores e estudiosos que têm interesse pelo tema, e, especificamente em se tratando do atendimento aos alunos deficiente matriculados em diversos cursos, do ensino superior.

O projeto se estruturará da seguinte forma: serão três capítulos, em que o primeiro compreenderá a concepção da educação em relação às pessoas com deficiência no campo educacional nacional; o segundo trará um breve histórico da política nacional na perspectiva da educação inclusiva e o terceiro abrangerá os procedimentos metodológicos da pesquisa caracterizada pela abordagem qualitativa, com base na pesquisa de campo

04. BASE TEÓRICA

A seguir serão apresentados os seguintes tópicos, na referida ordem: breve histórico sobre as concepções da Política Nacional na perspectiva da Educação Inclusiva, especificamente a deficiência, tendo como sub-tópicos a noção do vocábulo deficiência e quais as estratégias que podem promover a permanência e a eficácia dos alunos com deficiência no ensino superior.

4.1. BREVE RETROSPECTIVA DA POLÍTICA NACIONAL NA PESRPECTIVA DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA

São muitas as discussões feitas por estudiosos, pesquisadores e professores que envolvem o tema sobre educação inclusiva. Além da promoção de debates sobre um tema polêmico, trata também, de uma concepção educacional voltada para as pessoas deficientes, que até pouco tempo não tinham seus direitos reconhecidos.

A Constituição Federal de 1988 “promove o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação”, (art. 3º, inciso IV).

Percebe-se que a Educação Inclusiva passou por diversas conquistas ao longo dos tempos, como alguns dos seus direitos respeitados, o interesse por parte de mais pesquisadores no assunto, novos congressos são realizados no país a fora, nacional e internacionalmente, todos com o mesmo objetivo em comum, conscientizar à população sobre a pessoa com deficiência.

De acordo com Pimentel, “as interações sociais são essenciais para o processo de aprendizagem e desenvolvimento humano”. (2011, p. 199).

Já no artigo 206, **inciso I, estabelece a “igualdade de condições** de acesso e permanência na escola” como um dos princípios básicos para o ensino e garantia como dever do Estado, a oferta do atendimento educacional especializado, preferencialmente na rede regular de ensino (art. 206)

Só a partir da época do Império e com a criação dos Institutos dos Meninos Cegos, em 1854, hoje, atual Instituto Benjamim Constant (IBC), e o Instituto dos Surdos Mudos, em 1857, hoje denominado Instituto Nacional da Educação dos Surdos (INES), ambos no Rio de Janeiro.

Juntos, eles fortaleceram a reforma política nacional da educação inclusiva, ampliou investimentos pedagógicos para as pessoas com deficiência e trouxe um novo contexto à educação especial e tinha como base a concepção dos direitos humanos.

Já a partir do século XX, é fundado o instituto Pestalozzi (1926), instituição especializada no atendimento às pessoas com deficiência mental; em 1954, é fundada a primeira Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAE), e, em 1945, é criado o primeiro atendimento educacional especializado às pessoas com superdotação na Sociedade Pestalozzi.

A Lei nº 5.629/72, que altera a LDBEN de 1961, traz “um tratamento especial” para os alunos com “deficiência física e mental, como também, aqueles que se

encontravam em atraso quanto à idade regular de matrícula e os superdotados”. Dessa forma, os demais alunos com deficiência que não tinham atendimento específico, eram encaminhados para as classes especiais.

Ao criar o Centro Nacional de Educação Especial (CENESP), em 1973, o Ministério da Educação (MEC), não contemplava ações educacionais às pessoas com deficiência e com superdotação, mas, ainda configuradas por campanhas assistenciais e iniciativas isoladas do Estado. Mais uma vez, a Educação Inclusiva não se efetivava uma política de acesso universal.

Dessa forma, pesquisadores e estudiosos percebiam a educação inclusiva como uma modalidade sem a devida atenção dos órgãos públicos em políticas públicas. Embora estudiosos e pesquisadores universitários confrontassem com estas ideias eles percebiam que havia movimentos sociais e intelectuais reivindicando políticas públicas e direitos iguais.

É preciso buscar meios, sejam eles tecnológicos ou não, que contemplem a Educação Inclusiva de forma favorável e que estimula as pessoas com deficiência, a concluírem os estudos no curso de graduação, fazendo com que o modelo de Educação integre ao sistema de ensino com os ajustes e as condições necessárias ao receber os alunos em sua diversidade.

4.2. CONCEPÇÃO DO VOCÁBULO DEFICIÊNCIA

É importante conhecer este termo para identificar as diferentes necessidades da pessoa com deficiência, que ao longo da história foram vistas como pessoas incapazes, coitadinhas, loucas, retardadas, etc. Amaral conceitua deficiência,

A uma perda ou anormalidade de estrutura ou função: Deficiências são relativas a toda alteração do corpo ou da aparência física, de um órgão ou de uma função, qualquer que seja a sua causa; em princípio deficiências significam perturbações no nível de órgão. (1998, p. 24)

Ao longo da história esta nomenclatura foi mudando, seus conceitos também. As concepções de deficiência, agora, estão ligadas às novas formas de integração,

visto que o conceito deficiente ainda está enraizado aos velhos conceitos de manifestação cultural.

Segundo o Estatuto da Pessoa com Deficiência, em seu Art. 1º fica instituído, normas e critérios básicos que asseguram, promovem e protege o exercício de igualdade a todos os direitos humanos e liberdades fundamentais às pessoas com deficiência, visando sua inclusão social e cidadania plena e efetiva. Já em seu Art. 2º, o Estatuto considera-se deficiência,

Toda restrição física, intelectual ou sensorial, de natureza permanente ou transitória, que limita a capacidade de exercer [...] atividades essenciais da vida diária e/ou atividades remuneradas, causada ou agravada pelo ambiente econômico e social, dificultando sua inclusão social, enquadrada em uma das categorias: deficiência física, lesão cerebral traumática, deficiência auditiva, deficiência visual, deficiência intelectual, surdocegueira, autismo, comprometimento psicossocial, com características específicas ou combinadas, de síndromes e quadros psicológicos, neurológicos e/ou psiquiátricos, que causam atrasos no desenvolvimento e prejuízos no relacionamento social, em grau que requeira atenção e cuidados específicos em qualquer fase da vida. (2013, p. 01 e 02).

Sendo assim, a partir da nova forma de se interpretar o mundo e os homens, surge uma nova perspectiva de educação, com ideias transformadoras, voltadas para a construção do conhecimento, diante deste contexto, se faz necessário, uma transformação universal para que todos possam viver de forma eficaz numa sociedade que se diz globalizada.

4.3. QUAIS ESTRATÉGIAS PODEM PROMOVER A PERMANÊNCIA E A EFICÁCIA DOS ALUNOS DEFICIENTES NO ENSINO SUPERIOR?

Para que haja uma educação permanente se faz necessário promover educação de qualidade, ou seja, que verifique de fato como está ocorrendo o processo de inclusão com o aluno deficiente, a fim de possibilitar este sujeito a transformar-se, melhorando o seu desempenho no processo educativo formal, Segundo Miranda,

“O atendimento educacional especializado decorre de uma nova visão da Educação Especial, sustentada legalmente e é uma das condições para o sucesso da inclusão escolar dos alunos com deficiência. Esse atendimento existe para que os alunos possam aprender o que é diferente do currículo do ensino comum e que é necessário para que possam ultrapassar as barreiras impostas pela deficiência” (2011, p. 97).

É importante que as instituições de ensino superior, proponham ao aluno com deficiência espaços acessível, para que ele sinta seguro no ambiente escolar e que seja capaz de desenvolver outras habilidades. Considerando-se que as reformas políticas educacionais vieram contribuir de forma significativa, para o ingresso da pessoa, com deficiência na educação. Segundo Filho, “os diferentes e inovadores ambientes de interação e aprendizado possibilitados pelas Tecnologias de informação (TIC) surgem como fatores estruturantes de novas alternativas e concepções pedagógicas”. (2011, p. 119). Dessa forma, é necessário que o aluno faça uso dessas novas tecnologias que avançam significativamente no âmbito educacional.

05. METODOLOGIA

A seguir será apresentada a metodologia em que será utilizada para a realização desta pesquisa. Esse tópico será subdividido em: tipo de pesquisa, local da pesquisa, fontes de pesquisa, seleção de sujeitos, instrumentos de coleta, procedimentos de coleta e tratamento dos dados, na respectiva ordem.

5.1. TIPO DE PESQUISA

A investigação se dará a partir do estudo de caso, segundo Yin (2001, p. 38), este tipo de pesquisa “conduz o pesquisador através do processo de coletar, analisar e interpretar observações”. É um modelo lógico de provas que lhe permite fazer inferências relativas às relações causais entre as variáveis sob investigação. **(Apud Nachmias & Nachmias, 1992, p. 77-78)**

No entanto, se objetivará analisar as estratégias adotadas para a permanência e eficácia dos alunos com deficiência no ensino superior, tendo como base o estudo de caso.

5.2. LOCAL DA PESQUISA

O campo empírico onde pretendo realizar a investigação será o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Bahia-Campus Salvador.

Este campo se apresenta como o mais adequado para a realização deste trabalho, considerando-se que as demais instituições públicas da cidade de Salvador-BA, poderão contribuir com esta pesquisa, visto que em sua maioria, possuem suportes necessários para o desenvolvimento da pesquisa, como os trabalhos, os estudos, as pesquisas já realizadas e com os Núcleos de Atendimento às Pessoas com Necessidades Especiais–NAPE.

5.3. FONTES DE PESQUISA

Este trabalho terá como sujeitos **os alunos dos cursos de graduação dos turnos diurno e noturno**, os **professores** dos cursos, **equipe gestora** e a **coordenadora** do Núcleo de Apoio à Inclusão do Aluno com Necessidades Educacionais-NAPE. Além dos documentos como o projeto político pedagógico da instituição e o plano de aula dos professores. Juntos, contribuirão para o resultado da pesquisa.

5.4. SELEÇÃO DE SUJEITOS

Para a realização dessa pesquisa, serão selecionados alunos com deficiência matriculados nos cursos de graduação nos turnos diurno e noturno, os professores que trabalham com estes alunos, a equipe gestora e a coordenadora do Núcleo de Apoio à Inclusão do Aluno com Necessidades Educacionais-NAPE do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Bahia - Campus Salvador

5.5. INSTRUMENTOS DE COLETA

Como instrumento para coleta de dados será feito uma entrevista com os sujeitos envolvidos, composto por perguntas sobre a identificação do aluno com deficiência. Segundo Moura, Ferreira; Paine, “a entrevista se mostra particularmente útil, quando a amostra é composta por pessoas que não têm condições de dar respostas por escrito”. (1998: p. 80 Apud Rocha, Décio e Sant’ AAna).

Em outro momento serão feitas perguntas específicas, sobre conhecimento prévio dos alunos, em relação às estratégias, desenvolvidas pelo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Bahia, Campus Salvador, sobre permanência e eficácia, destes, no Ensino Superior.

5.6. PROCEDIMENTOS DE COLETA

Para a gravação da entrevista, buscarei informações com a coordenadora do **Núcleo de Apoio à Inclusão do Aluno com Necessidades Educacionais Especial-NAPE**, do instituto, com os **professores** que trabalham com as turmas selecionadas para a pesquisa, atentando à disponibilidade de tempo e espaço de cada um para a realização da entrevista.

Considerando que, cada sujeito que se dispuser a participar da pesquisa assinará um termo, no qual deixará claro que estará aceitando por livre e espontânea vontade, podendo desistir a qualquer momento da mesma.

Esta entrevista será gravada e transcrita na íntegra. Além disso, será analisado os documentos da instituição que apresenta o currículo do curso e será confrontado com os referenciais teóricos previamente selecionados.

5.7. TRATAMENTO DE DADOS

Após identificar os conceitos básicos sobre a permanência e eficácia dos alunos com deficiência, no Ensino Superior, na revisão da literatura, irei aprofundar e discorrer sobre este tema no Ensino Superior, bem como analisar o conceito de deficiência e inclusão no contexto educacional, verificando quais são as orientações dadas e como ocorre o acompanhamento dos alunos com deficiência envolvidos neste processo ensino e aprendizagem.

Ao pesquisar nos trabalhos já elaborados e publicados por estudiosos dessa área, terei condições de responder à minha pergunta problema que busca compreender como ocorre o processo das estratégias desenvolvidas pelo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Bahia-Campus Salvador, para que o aluno deficiente tenha permanência e eficácia, no Ensino Superior.

06.CRONOGRAMA

ATIVIDADES / PERÍODOS 2015.1	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO				
Construção do Projeto de Trabalho de Conclusão do curso/ Leituras de fontes Bibliográficas	X	X	X	X	X	X				
Revisão de Literatura	X	X	X	X	X	X				
Coleta de dados			X							
Tratamento e análise dos dados				X						
Redação Final do Trabalho				X						
Revisão do texto					X					
Entrega do trabalho						X				

07. REFERÊNCIAS

- AMARAL, Lígia Assumpção. **Diferenças e preconceitos na escola**: Alternativas teóricas e práticas. Summus, São Paulo, 1998.
- BRASIL. **Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990**. Estatuto da Criança e do Adolescente. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seep/arquivos/pdf/lei8069_02.pdf> Acesso em .0411.2014.
- BROOKE, N; F. J. **Pesquisa em eficácia escolar**: Origem e Trajetórias, Publicado em GESTAO ESCOLAR, Edição 011, Dezembro 2010/Janeiro 2011. Título original: Em busca de um melhor desempenho.
- CRAHAY, M., M. **A eficácia das escolas não se mede**: ela se constrói, negocia-se, pratica-se e se vive. Tradução de Luciano Lopreto. 1ª Ed. São Paulo: Sistema de Avaliação Educacional, 1998.
- ROCHA, Décio. **A entrevista em situação de pesquisa acadêmica**: reflexões numa perspectiva discursiva in: Pauliukonis, Maria aparecida I;. 1.ed. Rio de Janeiro: Lucerna, 2003.
- FILHO, G. A. T. **As tecnologias assistivas na mediação dos processos educacionais inclusivos**. Salvador: EDUFBA, 2011, p. 97.
- PIMENTEL, C. S. **Educação especial em contexto inclusivo**. In: FILHO, G. A. F (Org.). O atendimento educacional especializado (AEE) em sala de recursos 2: Desafios entre as políticas e as práticas: Salvador: EDUFBA, 2011, p. 199
- MIRANDA, G. T. **Educação especial em contexto inclusivo**. In: FILHO, G. A. F (Org.). O atendimento educacional especializado (AEE) em sala de recursos 2: Desafios entre as políticas e as práticas: Salvador: EDUFBA, 2011, p. 97.
- RIBAS, João Batista Cintra. **O que são Pessoas Deficientes?** São Paulo: Nova Cultural. Brasiliense, Coleção Primeiros Passos, 1985, p. 10.
- TOKUNAGA, Raissa, Bressanim. **A inclusão social como fator de efetivação dos direitos fundamentais do trabalhador** - Uma visão constitucional sobre a deficiência; Tese d MOURA, Maria Lucia Seidl de; FERREIRA, Maria Cristina; PAINE.

1 O INSTITUTO DE TECNOLOGIA, CIÊNCIA DO ESTADO DA BAHIA - IFBA

O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Bahia (IFBA), faz parte da Rede Federal de Educação Tecnológica do Brasil e tem uma trajetória de cem anos de existência, completados no ano de 2010. A história desta instituição é marcada por várias mudanças em seu formato e objetivos, desde a sua fundação, em 02 de junho de 1910 com a [Escola de Aprendizes Artífices](#) da [Bahia](#), que foi instalada, provisoriamente, no Edifício do Centro Operário da Bahia, à rua 11 de junho, local próximo ao largo do Relógio de São Pedro (Av. Sete de Setembro), em Salvador-BA.

Ao tratar dessas mudanças, o contexto histórico do país, busca também, compreender como o perfil dos seus estudantes foi mudando ao longo da história.

Assim sendo, ao longo dos anos, a instituição, recebeu vários nomes, dentre eles, O Liceu Industrial de Salvador, que durante décadas foi conhecido como com este nome, através da Lei nº 378, de 13 de janeiro de 1937. Essas mudanças foram resultados do processo de expansão do ensino profissionalizante federal, que garantia novos cursos em suas unidades.

1.2 A ESCOLA TÉCNICA DE SALVADOR

A constituição, outorgada em 1937, tratou pela primeira vez de escolas profissionais e pré-vocacionais, como um dever do Estado, destinadas às classes menos favorecidas. Para cumprir este dever, contaria com a colaboração das indústrias e sindicatos econômicos. “A ênfase dada ao ensino técnico-profissional, voltado à indústria, é compreensível na medida em que o Estado Novo representa fundamentalmente os interesses da burguesia industrial” (FRANCO, 1984, apud LESSA, 2002).

Em meio a estas transformações, em 1941, vigoraram uma série de leis orgânicas, conhecidas como a “Reforma Capanema” que remodelou todo o ensino no país, e que tinha como principais pontos: o ensino profissional passa a ser considerado de nível médio; o ingresso nas escolas industriais agora depende de exames de admissão; os cursos são divididos em dois níveis.

O primeiro compreendia os cursos básico industrial, artesanal, de aprendizagem e de mestria. O segundo ciclo correspondia ao curso técnico industrial, com três anos de duração e mais um ano de estágio supervisionado na indústria, com várias especialidades.

Neste momento, a implantação das Escolas Técnicas vem para estabelecer uma preparação profissional dos trabalhadores da indústria, dos transportes, das comunicações e da pesca, agora, em nível de segundo grau, paralelo ao ensino secundário. (Faria, 2001; LESSA, 2002)

No cenário nacional, no período de 1930 a 1945 a economia brasileira desloca o seu eixo, deixando a atividade agroexportadora passando para a industrial. Segundo PEREIRA (2003), é a partir daí que é “plantada a semente do capitalismo industrial nacional, com pesado apoio estatal”.

Por esse motivo o surgimento de uma rede pública de escolas profissionalizantes, vai, claramente, atender aos interesses do capital industrial, nesse novo modelo de desenvolvimento. Segundo Lessa (2002), é, neste momento, que surgem os cursos noturnos, com a finalidade de preparar operários voltados para as indústrias, ou seja, a Escola Técnica atende às necessidades de mão de obra especializada das indústrias.

Naquele momento, a organização do sistema educacional, promovida pelas leis orgânicas de Gustavo Capanema, subdividiu o sistema escolar da seguinte forma: o ensino primário para crianças de 7 a 12 anos; o ensino médio para jovens a partir dos 12 anos. No ensino médio havia a separação entre dirigentes e operários, pois, o ensino secundário, que se dividia em dois ciclos estava voltado para a preparação do ensino superior, enquanto os demais – a saber: ensino industrial, o ensino comercial, o ensino agrícola e o ensino normal eram direcionados para os seus respectivos segundos ciclos, enquanto que o ensino secundário dava acesso a quaisquer outros segundos ciclos

Segundo Cunha (2000b), é neste momento que os estudantes das Escolas Técnicas começam a ganhar destaque, pois, aqueles que saíam do primeiro ciclo do ensino médio propedêutico e iam para o segundo ciclo dos ensinos profissionalizantes, desenvolveriam atividades intelectuais nas indústrias. Enquanto que o estudante que ingressava no primeiro ciclo dos ensinos profissionalizantes, geralmente oriundos de famílias pobres, ficavam estagnados exercendo atividades manuais.

1.3 ESCOLA TÉCNICA FEDERAL DA BAHIA - ETFBA

Após as Escolas Industriais Técnicas terem sido transformadas em autarquias no ano de 1959, foram chamadas de Escola Técnica Federal.

Essas instituições ganharam autonomia didática e passaram a gerir seus trabalhos, desta forma intensificaram a formação de técnicos, que era a mão de obra indispensável diante da aceleração do desenvolvimento industrial.

Em 1961, com a criação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira – LDB – nº 4.024, de 20 de dezembro de 1961, um novo paradigma é estabelecido no país: formar técnicos sob o regime da urgência.

Nesse período, as Escolas Técnicas Federais aumentavam o número de matrículas e implantavam novos cursos técnicos, a fim de corresponder a uma necessidade do Ministério da Educação.

Em agosto de 1965, a Lei nº 4.759 diz que as escolas profissionalizantes seriam qualificadas de federais e deveriam adicionar à sua nomenclatura o nome do seu respectivo estado, passando a Escola Técnica de Salvador a se chamar de Escola Técnica Federal da Bahia - ETFBA.

A Escola Técnica, na década de 60, passava por um período de desvalorização dos seus cursos e necessitava de novos alunos para poder iniciar a expansão que, foi anunciada junto com a nova lei. Então, foi criado um movimento que buscava mostrar às empresas da Bahia a importância da Escola Técnica para a formação de profissionais capacitados.

Esta iniciativa resultou na criação de mais dois cursos importantes na sua história: Eletrotécnica, que visava atender às necessidades da Companhia Elétrica do Estado da Bahia – (Coelba) por profissionais capacitados no Plano de Eletrificação do Estado, e o curso de Mecânica, servindo às indústrias que se instalavam na Bahia, nesse período.

Em 1971, os governos militares instituem uma reforma nos ensinos fundamental e médio, através da Lei 5.692/71, com o intento de profissionalizar o ensino médio. Essa tentativa não vingou, pois as escolas da rede estadual não lograram a devida eficiência para a profissionalização demandada, tornando-se enfraquecidas, tanto na oferta da educação profissionalizante, quanto da propedêutica para a universidade (Manfredi, 2002; Moraes, 1999).

É neste momento que a rede federal ganha destaque, pois, graças à autonomia que já obtivera em 1959 consegue escapar do fracasso que atinge as demais escolas.

Dessa forma, a instituição ganhou notoriedade e passou a ser vista como entidade de excelência no ensino, associado ao sinônimo de empregabilidade, tornando-se, assim, a primeira opção para os jovens que buscavam inserção no mercado de trabalho.

Alguns fatores aumentam a busca pela Escola Técnica Federal da Bahia: a possibilidade de ir para um curso de ensino superior na UFBA; a implantação da PETROBRAS na Bahia desde 1954 e o desmoronamento do ensino médio profissionalizante na rede estadual, a partir da LDB de 71.

Todos esses fatores, aliados ao crescente processo de industrialização, fazem com que o perfil dos estudantes que buscam essa escola vá se diferenciando, cada vez mais, daquele perfil de desvalidos, passando a ser um público cada vez mais seletivo. (Manfredi, 2002; Moraes, 1999; Lessa, 2002).

Para Ferreti (1997) apud Ribeiro (2007), isso ocorreu porque a rede federal de escolas técnicas gozava de amplo prestígio na formação profissional, por isso, seus egressos eram absorvidos, em grande parte, pelos postos de trabalho nos grandes centros urbanos.

Isto ocorreu devido a autonomia que a rede federal conquistou e devido a certa regularidade dos seus cursos, com os respectivos quadros técnicos e profissionais de forma estável, dando uma maior durabilidade na oferta de cursos, oferecidos em um mesmo espaço físico.

1.4 CENTEC – CENTRO DE EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA DA BAHIA

O CENTEC - foi criado em 06 de junho de 1976. Segundo o MEC, os cursos superiores de tecnologia já surgiram a partir de um forte preconceito em relação à Educação Profissional.

Tanto assim que o anteprojeto de Lei sobre organização e funcionamento do ensino superior, que antecedeu a reforma universitária implantada pela Lei Federal n.º 5.540/68, propunha a instalação e o funcionamento de “cursos profissionais de curta duração, destinados a proporcionar habilitações intermediárias de grau

superior”, ministrados em universidades e outros estabelecimentos de educação superior, ou mesmo “em estabelecimentos especialmente criados para esse fim” (MEC, 2011).

A possibilidade de implantação de faculdades e de cursos de tecnologia estava prevista nos Artigos 18 e 23 da Lei Federal n.º 5.540/68, ao permitirem a criação de cursos profissionais com duração e modalidades diferentes, para atender as realidades diversas do mercado de trabalho. (MEC, 2011).

1.5 CENTRO FEDERAL DE EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA DA BAHIA -CEFET-BA

O Centro Federal de Educação Tecnológica da Bahia (CEFET-BA) foi criado pela Lei 8.711 de 28 de setembro de 1993, a partir da junção da Escola Técnica Federal da Bahia (ETFBA) com o Centro de Educação tecnológica da Bahia (CENTEC), estruturando-se como autarquia educacional de regime especial, com autonomia administrativa, patrimonial, financeira e disciplinar; tendo como mantenedor o MEC – Ministério da Educação. (MAGALHÃES; LORDÊLO, 2002).

A Criação do CEFET-BA segue a lógica dos, já existentes, CEFETs de Minas Gerais, Paraná e Rio de Janeiro, e ocorre com a do Maranhão. A ideia básica de estruturação dos CEFETs é a verticalização do ensino, isto é, uma instituição que oferta cursos profissionais em diversos níveis, estando estritamente vinculados ao sistema produtivo (Militão, 2000; Lessa, 2002).

Depois das devidas tramitações para a transferência da sede administrativa do Antigo CENTEC para Capital, foi colocado em prática o plano de expansão do CEFET-BA para as cidades do interior.

Essas unidades eram chamadas de UNED – Unidades Descentralizadas –, sendo que as cidades contempladas foram: Barreiras, em 1994 e, Valença, Vitória da Conquista e Eunápolis, em 1995.

A escola tornou-se uma instituição ampla, complexa e confusa, pois, além de os cursos técnicos regulares de nível médio e os cursos tecnólogos, passou a oferecer cursos especiais, abertos à comunidade, e o ensino médio propedêutico. Toda essa confusão foi proporcionada pela alteração da Lei 9394/96, através do Decreto de nº 2.208/97 que cria um novo sistema de educação profissional paralelo ao sistema de educação regular, composto de três etapas: básico, técnico e tecnológico.

Posteriormente, foi publicado o Decreto de nº 5.154, de 23 de julho de 2004 que trazia a definição para a oferta dos cursos técnicos de nível médio em três formas: a integrada ao ensino médio, a concomitante ao Ensino Médio e a Subsequente ao Ensino Médio.

O CEFET-BA optou por ofertar os cursos técnicos de nível médio nas formas: integrada e a subsequente.

Um acontecimento importante, para este estudo, ocorreu no dia 26 de maio de 2006, quando foi implantado o sistema de cotas para a seleção de candidatos aos cursos do CEFET-BA. Em seguida, propõe, no Parecer, que seja aprovada a política de cotas, no âmbito do Cefet-BA, estabelecendo 50% (cinquenta por cento) das reservas de vagas para estudantes oriundos de escola pública, dentre eles afro-descendentes e indígenas, nos cursos realizados através de Vestibular/Seleção, com critérios para tal concessão. (CEFET-BA, 2006).

Este fato merece destaque porque foi a partir daí que muitas transformações de ordem pedagógica e administrativas iniciaram para atender a demanda do público-alvo da Instituição que, certamente, sofreu modificações.

Neste mesmo ano foi implantado o PROEJA – Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos. Por se tratar de um programa de governo, o PROEJA foi implantado em toda a rede federal de ensino profissionalizante.

1.6 INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA BAHIA – IFBA

O ano de 2008 foi importante para a Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica, pois, além do aumento significativo no número de instituições, uma nova mudança acontece nessa rede. Os antigos Centros Federais de Educação Tecnológica de todo o Brasil, com exceção do Rio de Janeiro e Minas Gerais, passaram a ser nomeados de Instituto de Educação Ciência e Tecnologia.

Os Institutos Federais são instituições de educação superior, básica e profissional, pluricurriculares e multicampi, especializados na oferta de educação profissional e tecnológica nas diferentes modalidades de ensino, com base na conjugação de conhecimentos técnicos e tecnológicos com as suas práticas pedagógicas, nos termos desta Lei. (BRASIL, 2008).

No dia 29 de Dezembro de 2008, criou-se a Lei nº. 11.892, na qual os antigos Centros Federais, Escolas Agrotécnicas e Escolas Técnicas vinculadas às universidades, passaram a compor a Rede Federal de Ensino Profissional. Dessa forma o CEFET-BA transformou-se em Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Bahia (IFBA).

De acordo com a Lei de criação dos Institutos Federais, em seu Art. 8º ficou instituído que, no desenvolvimento da sua ação acadêmica, o Instituto Federal, deverá garantir o mínimo de 50% de suas vagas à educação profissional técnica de nível médio, prioritariamente na forma de cursos integrados, para os concluintes do ensino fundamental e para o público da educação de jovens e adultos; e o mínimo de 20% (vinte por cento) de suas vagas para ministrar cursos de licenciatura, como programas especiais de formação pedagógica, com vistas à formação de professores para a educação básica, sobretudo nas áreas de ciências e matemática, e para a educação profissional.

Percebe-se, de acordo com o histórico do IFBA, que as transformações passadas por essa instituição estiveram relacionadas ao desenvolvimento socioeconômico do país e, especialmente, da região.

Finalmente, com a nova configuração, o advento das cotas, o surgimento do PROEJA e outros programas dentro do IFBA, a clientela torna-se mais heterogênea, atendendo desde a pessoa que não possui escolarização regular até aquela prestes a concluir os últimos níveis de qualificação profissional.

2 REFERÊNCIAS

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional de nível Tecnológico**. Disponível em:

<<http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/010602proj.pdf>> Acesso em: < 19 out. 2014>.

_____. Ministério da Educação. **Centenário da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica**. Disponível em:

<http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/centenario/historico_educacaoprofissional.pdf>. Acesso em: < 15 nov. 2014>.

_____. Congresso Nacional. **Lei federal nº. 4.024**. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília: MTE, 20 de dezembro de 1961. Disponível em:

<http://www.histedbr.fae.unicamp.br/navegando/fontes_escritas/6_Nacional_Desenvolvimento/ldb%20lei%20no%204.024,%20de%2020%20de%20dezembro%20de%20196.htm>. Acesso em: <15 nov.2014>.

_____. Congresso nacional. **Lei federal nº. 9.394**. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília: MTE, 2003. Disponível em:

<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9394.htm>. Acesso em: <15 nov.2014>.

_____. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica. Programa

Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de EJA – **PROEJA**. Documento Base, Brasília, agosto de 2007.

_____. Decreto nº 2.208 de 17 de abril de 1997. Regulamenta o §2º do art. 36 e os artigos 39 a 42 da Lei 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em: <

<http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/dec2208.pdf>>. Acesso em: <08 dez. 2014>.

_____. Decreto nº 5.154, de 23 de julho de 2004. Regulamenta o § 2º do art. 36 e os arts. 39 a 41 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, e dá outras providências. Disponível em:

<http://www.idep.ac.gov.br/docs/leg_fed/dec5154_04.pdf>. Acesso em: < 08 dez. 2014>.

_____. Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008. Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, e dá outras providências. Disponível em:

< http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2008/Lei/L11892.htm>.

Acesso em: <01 dez.2014>.

CUNHA, Luiz Antônio. **O ensino industrial-manufatureiro no Brasil**. Revista Brasileira de Educação, São Paulo, n. 14, maio/jun./jul./ago, 2000a.

_____. **O ensino profissional da irradiação do industrialismo**. São Paulo: Ed. Unesp; Brasília: Flacso, 2000b. 18

FERREIRA, Aurélio Buarque de Hollanda. **Novo Dicionário Aurélio da Língua Portuguesa**. Editora Nova Fronteira, 1996.

FERRETI, Celso João. **Formação profissional e reforma do ensino técnico no Brasil: anos 90**. Educação e Sociedade. Campinas. n. 59, ago. 1997.

GERIBELLO, W. P. **Anísio Teixeira: análise e sistematização de sua obra**. São Paulo: Atlas, 1977. IFBA. **Histórico da Instituição**. Disponível em: <<http://www.portal.ifba.edu.br/centenario/historia.html>>. Acesso em: <19 out. 2014>.

LESSA, J. S. **CEFET- BA – uma resenha histórica: da escola do mingau ao complexo integrado de educação tecnológica**. CCS/CEFET-BA. Salvador: 2002.

MAGALHÃES, A. L. F.; LORDÊLO, J. A. C. **Instituições Públicas de ensino superior da Bahia: problemas, impasses e transformações**. FAGED: Salvador: 2002.

MILITÃO, Maria Nadir de Sales do A. **Novos rumos para o ensino técnico: impactos e perspectivas (o caso do Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais – CEFET-MG)**. 1998. Tese de doutoramento – PUC, São Paulo.

PACHECO, Eliezer. **Os institutos federais uma revolução na educação profissional e tecnológica**. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/pdf/insti_evolucao.pdf>. Acesso em 15 nov. 2013.

PEREIRA, L. A. C. **A rede Federal de Educação Profissional e o desenvolvimento local**. 2003. 122 f. Dissertação (Mestrado em Planejamento Regional e Gestão de Cidades) Universidade Cândido Mendes, Campos dos Goytacazes. Disponível em: <http://www.ucamcampos.br/ucamcidades/dissertacoes-1/dissertacoes-2003/Luiz_Augusto_C_Pereira.pdf>. Acesso em: <01 nov. 2013>.

RIBEIRO, Ricardo Torres. **A reforma do ensino profissionalizante no Brasil (1995-2002): o caso do CEFET- BA**. Dissertação (Mestrado em Educação) Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão: 2007.

TEIXEIRA, A. S. **Educação e Universidade**. Rio de Janeiro: UFRJ, 1998.